



ATA DA 151ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Dia: **24/07/2013** - quarta-feira às **09h00min** horas

Local: Parque Ibirapuera – Escola Municipal de Astrofísica (próximo ao Planetário)

Avenida Pedro Álvares Cabral, s/n - Portão 10.

PAUTA

Expediente:

1. Discussão e votação das Atas da 150ª Reunião Plenária Ordinária, 33ª e 34ª Reuniões Plenárias Extraordinárias.
2. Posse do senhor **Lucas Phelippe dos Santos**, como conselheiro titular, representante do Departamento de Controle da Qualidade Ambiental – DECONT.
3. Sugestões para inclusão na pauta desta reunião.

Ordem do dia:

1. Exposição sobre a “**Política Estadual de Resíduos Sólidos: Ações da SMA e CETESB e o desafio da responsabilidade pós-consumo**”, pelo Engº Flávio Ribeiro, técnico da CETESB.
2. Sugestões para inclusão na pauta das próximas reuniões.

Anexos:

- Ata da 150ª Reunião Plenária Ordinária do CADES.
- Ata da 33ª Reunião Plenária Extraordinária do CADES.
- Ata da 34ª Reunião Plenária Extraordinária do CADES.

Secretário Adjunto Manuel Victor: Bom dia aos senhores conselheiros. Bem-vindos, mais uma vez agradecemos a presença. Este mês já tivemos duas reuniões extraordinárias, essa é ordinária. Sabemos que é muito importante a presença dos conselheiros, e agradecemos por isso mais uma vez a presença. Já temos quórum suficiente, vamos dar início a 151ª Reunião Plenária Ordinária do CADES, nesse dia 24 de julho de 2013. Eu vou



passar ao coordenador do CADES, o Luis Eduardo Peres Damasceno, para a pauta e a ordem do dia.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Bom dia senhores conselheiros, conselheiras. Passamos à pauta. Expediente: Primeiro item: discussão e votação das Atas da 150ª Reunião Plenária Ordinária, 33ª e 34ª Reuniões Plenárias Extraordinárias. Os senhores, todos, receberam, não é? Alguém tem algum comentário? Podemos aprová-las? Aprovadas. Damos posse ao senhor Lucas Phelippe dos Santos, como conselheiro titular, representante do Departamento de Controle da Qualidade Ambiental – DECONT. Seja bem-vindo. Sugestões para inclusão na pauta desta reunião. Alguém conselheiro tem alguma sugestão?

Cons. Ângelo Iervolino: Bom dia a todos. Ângelo Iervolino, Sociedade Ambientalista Leste, representando a Leste 3. A gente queria esclarecimentos a respeito do decreto do prefeito, no qual está desapropriando 25 mil m² na região de São Matheus, para a construção de um terminal urbano. Eu queria saber se isso irá passar aqui, nessa Casa? Esse é o primeiro ponto. E o segundo, seria a respeito da solicitação da companheira Marta, na última reunião ordinária, a respeito de a Sabesp estar indo aos CADES regionais, falar sobre o Programa Córrego Limpo. Obrigado.

Cons. Abel: Bom dia a todos. Abel, Leste 2. Só uma informação, que eu pedi, conversei in loco, a reunião é sexta-feira, do FEMA, que vai ter a decisão da liberação da verba para o 1º Congresso de Resíduos Sólidos, é isso?

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: É.

Cons. Abel: É só informação mesmo.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Está na pauta da reunião do CONFEMA, na sexta-feira próxima, a deliberação sobre a liberação da verba para utilização pelo Congresso. Então isso estará sujeito a deliberação do Conselho do Fundo de Meio Ambiente.

Cons. Abel: Obrigado. Era só informação.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Passamos agora à ordem do dia. Exposição sobre a “Política Estadual de Resíduos Sólidos: Ações da Secretaria de Meio Ambiente e CETESB e o desafio da responsabilidade pós-consumo”, pelo engenheiro Flávio Ribeiro, técnico da CETESB. Por favor, doutor Flávio.

Flávio Ribeiro: Bom dia a todos e a todas. Em primeiro, em nome da CETESB, eu gostaria de agradecer pelo convite. Para nós é um prazer, uma honra falar de um assunto tão caro para nós, em um conselho da importância desse. Só Flávio Ribeiro, sou



assistente executivo da vice-presidência da CETESB. Trabalho lá faz 11 anos. Agora a política de resíduos sólidos tem alguns desdobramentos que têm trazido para nós desafios, e eu pretendo apresentar alguns aqui, hoje. A minha intenção é fazer uma breve introdução teórica, apresentando a nossa visão da política de resíduos. Passar em seguida um breve relato do contexto geral das ações da secretaria e da CETESB na política estadual, até para que todos saibam um pouco o que está acontecendo. Acho muito importante dar esse panorama. Muitas das ações são da Secretaria, não da CETESB, é bom que se diga. E depois, entra especificamente na questão da responsabilidade pós-consumo, que é o equivalente ao estadual, ao que tem na lei federal, que se chama logística reversa. Vou até falar um pouco da diferença dos dois e apresentar, ao final, algumas ações concretas, até porque muitas dessas já têm ocorrido aqui, nesse município, é importante que os senhores, que esses conselhos saibam. Só um início um pouco mais conceitual, a gente parte de alguns pressupostos que embora não estejam explícitos na política de resíduos, são o que dão subsídios aos valores que lá se apresentam. O primeiro é lembrar que os resíduos são consequência do consumo, portanto, o que move a geração de resíduos é, além, claro, das escolhas das pessoas físicas e jurídicas do que elas consomem, o próprio sistema produtivo. Isso traz uma série de consequências, inclusive quando se fala em responsabilidade compartilhada pelos resíduos sólidos. Essa visão é um pouco nova, e a política tanto estadual quanto a nacional traz bastante claro essa perspectiva. Um segundo ponto essencial é lembrar que resíduos não são materiais sem valor. Na verdade, o resíduo, mais comumente o lixo, ele é um material que não tem valor para aquela pessoa, naquela circunstância. Então a hora que você tem uma garrafa vazia na sua casa, para você ela pode não ter mais valor, mas para uma cooperativa de catador, ou para uma indústria de reciclagem, ela tem, sim, valor, é importante que esse valor seja reconhecido nas mais diversas circunstâncias, e que a gente espera que cada vez seja em maior quantidade. A gente, hoje, enfrenta um desafio grande da coleta seletiva, da reciclagem. Mas existem outros. A Europa, por exemplo, tem países, a gente tem conversado com pessoas de outros países, que têm outros desafios. Então você vai para Dinamarca, hoje em dia, a política de resíduos deles, não tem mais o desafio da coleta seletiva, isso já são águas passadas. O desafio deles, hoje, é a compostagem no resíduo sólido urbano. Então você vai enfrentando sucessivos desafios e essa é a nossa intenção, em progredir gradualmente. O terceiro pressuposto é lembrar que, na verdade, resíduos são recursos naturais que foram extraídos do meio ambiente, passaram por um processo produtivo, por uma cadeia de consumo e foram “devolvidos” para o meio natural. Ou seja, é um resíduo que você adquiriu, que você capturou do meio e, teoricamente, precisaria voltar de alguma forma os ciclos biogeoquímicos, o que, claro, nem sempre acontece. E a idéia das políticas é tentar fazer com que a reciclagem, e por isso esse termo, faça esse papel. E um último lembrete, que existe uma hierarquia de gerenciamento, e lembrar que dentro dessa hierarquia a reciclagem não ocupa o primeiro lugar. O primeiro lugar é da redução do consumo, é da prevenção da geração desses resíduos. E a gente, às vezes, na ânsia de por em prática ações de reciclagem, que são



talvez as mais imediatas em uma política de resíduos, a gente acaba se esquecendo da redução, que talvez seja o mais importante. Partindo especificamente para nossa política estadual de resíduos, existem quatro grandes visões do papel que essa política desempenha para uma sociedade, do ponto de vista da Secretaria e da CETESB. Primeiro e mais óbvio é a política como uma política de proteção à saúde pública e aos ecossistemas, que é o tradicional. É você fazer com que o resíduo não seja disposto irregularmente, o que traria consequências negativas aos ecossistemas, às pessoas, a quem quer que seja. Isso já é o tradicional. Agora, além disso essas novas políticas trazem desafios de colocar uma política de desenvolvimento, uma política de resíduos moderna traz oportunidade de geração de emprego, de inclusão, de renda, de novas oportunidades, inclusive, de mercado para empresas. A cadeia de reciclagem vai precisar, depois de passar pelas cooperativas, de indústrias de reciclagem que processem esse material. Uma lâmpada fluorescente, depois de devidamente coletada, ela tem que ser descontaminada. Então isso depende também de estruturas produtivas e isso, nós esperamos que tragam novos negócios, além da inclusão social, claro, perante às cooperativas, que é uma prioridade da própria política. O terceiro ponto, ela é uma política de sustentabilidade, no momento em que, quando você recicla um resíduo, você está deixando de consumir matéria-prima virgem. Isso é muito claro, por exemplo, quando você recicla uma garrafa. Você reciclando e reutilizando uma garrafa de vidro, que é o que a gente estava acostumado há 10, 20 anos atrás, você deixa de consumir areia, que é uma atividade de extremo impacto ambiental, extração de areia no estado de São Paulo, que às vezes tem que vir lá do Vale do Paraíba, de áreas delicadas, frágeis, de ecossistemas protegidos, ou que deveriam estar protegidos, para substituir essa extração por uma matéria-prima que já está pronta. Inclusive, da parte da Secretaria existe clara intenção declarada de reunir políticas de preservação e de reciclagem, do tipo, com novos zoneamentos minerário do estado, que está sendo proposto. Em algumas áreas vai ficar mais caro, ou mais difícil obter licença para se minerar, por exemplo, areia. E com isso se espera estimular, inclusive, o reuso e a reciclagem do vidro. Então vai ficar mais fácil para a indústria, do vidro, buscar uma garrafa na Vila Madalena, em um bar, do que ir até o Vale do Paraíba, ou do Ribeira, buscar areia. E por último, lembrar aquela política de redistribuição de direitos e deveres. Tanto a política nacional quanto a estadual traz diversas novas responsabilidades para todos os entes. Inclusive o cidadão, que tem a figura muito do consumidor, mas é bom lembrar que o consumidor antes de ser consumidor é um cidadão. Especificamente do ponto de vista regulatório, também é bom dizer que a política estadual é regulamentada por uma lei, decretos anteriores à política federal. Eles têm o mesmo relator, deputado Arnaldo Jardim, que era deputado estadual, depois federal. E ambas tiveram tramites extremamente longos, demorados, no legislativo, passaram por centenas... no caso, estadual, federal, não saberia dizer, mas a estadual, centenas de projetos de lei, aqui na Assembléia Legislativa, em frente, diversos eventos foram feitos para discutir essa política. Foram mais de 1.000 emendas, uma série de modificações ao longo do transcurso legislativo. E, inclusive, por ser uma política anterior à política



nacional, para nós da Secretaria e da CETESB, é muito claro que independente da política nacional, nós temos uma lei estadual a ser cumprida. Isso, do ponto de vista operacional, o Ministério Público não cansa de nos lembrar. Então a gente tem aí uma cobrança, não só da política nacional, da parte que nos cabe, que o próprio governo federal nos cobra, mas do ponto de vista estadual, uma política a cumprir. E dizer também, que do ponto de vista da gestão, da governança das ações, as últimas decisões são sempre tomadas por uma comissão formada aí, por seis secretarias de estado, e obviamente, quando cabe, ao Conselho Estadual de Meio Ambiente, o CONSEMA, que é o equivalente estadual a este CADES. Só dando uma visão geral das ações concretas, a gente tem um decreto do ano passado, que estabeleceu uma certa hierarquia aí, das ações a serem implementadas. Eu vou comentar uma a uma delas, mas é bom dizer que a CETESB, eu acho que todos sabem, tradicionalmente tem uma ação em resíduos já de 40 anos para cá. Licenciamento de aterro, de compostagem, autorizações para disposições no solo de resíduos, cobrança das próprias indústrias do que é feito com os resíduos e tal. Mas a própria política traz diferentes obrigações e exigiu que se fosse criado uma estrutura que desse conta de encaminhar, dentro da secretaria e da CETESB, as ações específicas. Primeira delas é a elaboração é a elaboração de um plano estadual. Existe uma exigência de se ter, tanto no país quanto nos estados, quanto nos municípios, planos de resíduos. Aqui, eu sei que esse CADES, inclusive, já discutiu o plano municipal, que foi aprovado. E estamos elaborando o plano estadual, isso é importante dizer aqui, porque a gente espera, tanto uma colaboração na construção desse plano, por parte aqui, do município, quanto que haja uma harmonização dos objetivos, das metas e dos indicadores de acompanhamento dessas metas. Então a gente espera, ao final da elaboração desse trabalho que já iniciou, que se tenha quantos por cento de reciclagem de cada material, a gente tenha listado, consequentemente nos municípios, como isso vai ser feito, para que lado nós vamos encaminhar os investimentos e as ações prioritárias dos governos. Atualmente o que está acontecendo dentro da secretaria, da coordenadoria de planejamento, está tocando um levantamento inicial de dados, foi aberto um processo licitatório, que foi cancelado, porque as empresas que se apresentaram não conseguiram atender as exigências que nós tínhamos colocado. Então atualmente esse trabalho está sendo feito internamente pelas equipes. A gente tem uma reunião amanhã, da comissão, porque provavelmente a gente vai ter trabalho para várias secretarias. E o que tem sido feito no momento é o diagnóstico, é a caracterização do estado, inclusive com vista a constituir um cenário, daqui há 20 anos, de crescimento econômico, social, enfim, de várias variáveis que entram em jogo. A gente está falando aí de quais são as áreas propícias para novas instalações, sejam aterros, sejam instalações de reciclagem? Aonde você precisa de mais cooperativa de catador no estado? São dados que a gente vai ter que levantar, para poder fazer um planejamento e, consequentemente, as próximas etapas do plano, que é o estabelecimento de metas e indicadores, e planos de ações para cumprimento disso. Uma série de resíduos estão sendo quantificados, isso é bom lembrar, que eu acho que não precisa, claro, esse conselho é bastante capacitado, vamos dizer assim, mas em



municípios menores, a gente sempre gosta de lembrar que planos de resíduos não é só planos de resíduos sólidos urbanos. Plano de resíduos tem que contemplar todos os resíduos, embora eles não sejam todos de responsabilidade, gestão da parte do poder público municipal. Você não pode fazer um plano municipal de resíduos em Guarulhos sem falar do aeroporto. Em Paulínia, sem falar do polo petroquímico. E assim sucessivamente. Então tem que ter uma previsão para resíduos sólidos urbanos de construção civil, de serviço de saúde, industriais, saneamento, agrosilvopastoris, transportes e mineração, que são as grandes características, grandes tipos, vamos chamar, de resíduo que nós geramos. Um segundo ponto importante também aqui, para esse conselho, é o apoio dado aos planos municipais por parte do governo do estado. Claro que aqui, talvez não seja tão significativo, mas os municípios, principalmente os pequenos, até 10 mil habitantes, isso é fundamental, porque não existe, como existe aqui, a estrutura devida para encaminhar esse assunto. Então foi desenvolvido um projeto com o antigo SEPAM, porque agora ele foi extinto, não sei mais quem vai cuidar desse assunto agora, mas o SEPAM tinha um convênio com a Secretaria do Meio Ambiente, para que em três anos fossem feitas três rodadas de oficinas com os municípios do estado. São oficinas em torno de 70, 80 municípios em cada oficina, cada uma em uma localidade do estado, tentando seguir a divisão das bacias hidrográficas, claro que como o número é menor não dá sempre certinho. A idéia é que em 2012, com as gestões que estavam saindo, fosse feito um diagnóstico, foi feito inclusive um formulário eletrônico, 450 municípios, se eu não me engano, preencheram. É um formulário bastante detalhado, que já traz uma série de informações. Esse ano está sendo feito uma oficina para elaboração ou aprimoramento dos planos dos municípios que já têm plano. É bom que se diga que do estado, do nosso conhecimento, que responderam afirmativamente, 129 municípios já têm plano de resíduos aprovados. E aí tem uma questão só, que o próprio Ministério veio trazer para a gente, que para que um plano possa oficialmente ser considerado aprovado é importante que ele seja aprovado por decreto. Que ele tenha alguma formalidade legislativa, que inclua uma participação pública por meio das câmaras de vereadores, para que esse plano possa ser considerado válido, na visão do próprio Ministério. Isso está trazendo um desafio para municípios, e aí acreditamos que vá ter uma nova rodada desses planos, para eles poderem ser aprovados. E ano que vem, as oficinas visam aprimoramento, inclusive para soluções consorciadas e ações conjuntas de outro tipo, que não necessariamente são consórcios. Às vezes você tem, por exemplo, um grupo de pequenos municípios que querem dividir a gestão do seu resíduo de construção civil. O resíduo de construção civil, para quem não sabe, ele representa no geral 70% em peso, dos resíduos gerados nas cidades. E são praticamente todos recicláveis, ou reutilizáveis. Então é um resíduo que pode ter uma boa destinação. Aqui em São Paulo, nós já temos, inclusive por obra do nosso vereador Gilberto Natalini, legislações que tratam do assunto. Mas é um desafio para nós. E temos aí, por exemplo, a oportunidade de ter o britador do resíduo, que é um equipamento fundamental, e custa R\$ 700.000,00, R\$ 1.000.000,00, pode ser dividido entre os municípios, fica uns meses em um município, uns meses no outro. Claro, falando



de municípios pequenos. E para municípios grandes, acima de 100 mil, foi feito três encontros, um deles aqui em São Paulo inclusive, com uma cartilha elaborada por uma consultoria internacional, visando orientar... questões um pouco mais elaborada, que a gente não consegue levar para todos os municípios, principalmente porque são pequenos. Mas questões de cenário, de modelos matemáticos para previsão de crescimento populacional e de resíduos. A terceira questão é de educação ambiental, essa ainda, também, sob cuidado da Secretaria do Meio Ambiente, que criou um primeiro e importante passo, que é um programa de apoio a catadores. E por conta do próprio movimento nacional, que nos solicitou uma ação inicial, foi criado e lançado um cadastro das cooperativas. O que o movimento nos disse é que o próprio cadastro deles não era suficiente e eles não sabiam nos dizer onde estavam, quem eram e qual a capacidade das cooperativas no estado de São Paulo. Nós fizemos, por conta de uma parceria, e eu vou comentar um pouco mais adiante, um levantamento de cooperativas de 16 municípios do estado. Com indicadores do tipo: qual a renda obtida por cada cooperado? Qual a renda de cada cooperado por tonelada processada? E outros indicadores que dão uma visão muito detalhada da operacionalização de como funcionam essas cooperativas. E os resultados são gritantes. A variação é de quatro a cinco vezes o quanto cada cooperado tira de cada tonelada de resíduo processado. Isso mostra que tem alguma coisa errada em algumas cooperativas. Foi feito também um levantamento de quanto se consegue gerar de emprego e renda com cada real colocado de apoio, seja de governo federal, Bando do Brasil, BNDS, enfim, todos os outros fundos aí, que operam e apoiam os catadores. E a gente percebeu que as vezes as cooperativas mais estruturadas são as que recebem mais recursos e acabam tendo sempre maior possibilidade de acesso a novos recursos. Então percebe-se que existe uma necessidade de apoiar aqueles menos estruturados, para conseguir captar o recurso. E isso foi feito tudo em parceria com o Movimento Nacional. Esse cadastro está ativo. E a nossa idéia é criar uma grande base, inclusive para o plano estadual. Para que a gente saiba quem são e onde estão essas cooperativas. Tem sido feito também um circuito de ecofeiras pelos parques gerenciados pela secretaria, nos municípios, gerenciados pela Secretaria de Estado. Aonde os catadores, inclusive, oferecem seus produtos e demonstram um pouco o seu trabalho. E também elaboração de publicações de apoio, tem várias disponíveis na internet, para escola, condomínios, para municípios. Para diversos tipos de situações ligados à coleta seletiva. Compostagem, reciclagem e várias ações dessa natureza. Por último, as ações realmente de melhoria de gestão de resíduos, aonde a CETESB tem maior participação. Primeiro, ligada a resíduos sólidos urbanos. Lembrar que a CETESB, anualmente, publica um inventário, por município do estado, apresentando o diagnóstico feito em campo, com planilha, pelos técnicos. Tem fotos inclusive, não no relatório, mas no site. Aonde você pode saber exatamente como está cada aterro de cada município, é dado uma nota, através de um critério, que foi modificado esse ano. O que aconteceu? A gente desde 97 tinha um levantamento, e a gente começou a ver que estava todo mundo ficando muito bem na foto. E na realidade, infelizmente, não era sempre essa realidade que se verificava. A nota era



boa, mas na hora que você ia ver nas vias de fato, o aterro não era tudo aquilo que a gente esperava. Então mudou-se a régua. Duas mudanças importantes foram feitas. A primeira é que antigamente eram três categorias, ADEQUADO, INADEQUADO e CONTROLADO. O CONTROLADO sumiu. Então hoje é ADEQUADO e INADEQUADO, simplesmente. E outro que a nota a nota de corte era 5, passou a ser 7. Então você aumenta o requisito para que ele seja considerado ADEQUADO. Com isso a gente passou a ter uma nova divisão no estado dos aterros, aumentou um pouco as manchas vermelhas no mapa, que você vêem as inadequadas. Mas é uma maneira mais interessante de se gerenciar. É bom dizer que na estatística da CETESB só 2,7% dos resíduos, em peso, gerados no estado de São Paulo, ainda são dispostos de forma irregular. Isso em 274 municípios que estão sob fiscalização da CETESB e do Ministério Público, com termo de compromisso assinado, e aí inclusive ações bastante enérgicas por parte da CETESB. Mas é bom que se diga que apenas 2,7% ainda vão para lixões. E isso faz com que o próprio secretário diga repetidamente que nós vamos atender a meta de banir os lixões do estado de São Paulo até o ano que vem. Isso é uma meta que será cumprida. E aí o desafio passa a ser outro. A gente gosta de dizer, no estado de São Paulo, nosso desafio não é mais colocar o resíduo no aterro, é não precisar de aterro para tanto resíduo, ou não precisar de tanto aterro para os resíduos. E claro, aí entra a coleta seletiva, a reciclagem, os novos desafios. E tem um novo índice que foi criado, a gente percebeu, por conta exatamente disso, que o problema não era mais só aterro. Mas toda a cadeia, incluindo, claro, a reciclagem e a coleta seletiva. Então foi criado um índice, o IGR, ele é novo, ele tem dois anos. Esse é o primeiro ano que ele vai ser realmente divulgado de forma ampla. Ele estava em teste até pouco tempo atrás. E ele contempla toda a cadeia, incluindo, e principalmente aí focando a coleta seletiva no município. Qual o percentual real de coleta seletiva nos municípios. E esse é o índice, que a gente espera, comece acompanhar a evolução, que a gente gostaria de ver nos diversos municípios, no estado de uma forma ampla. Uma questão muito importante e muito polemica, se quiserem, depois a gente entra nesse assunto especificamente, em dezembro de 2012, na Reunião Plenária do Conselho Estadual do Meio Ambiente, foi aprovado o eia/rima para licença prévia da primeira unidade de recuperação de energia de resíduos do estado de São Paulo, e quem sabe do Brasil. É uma unidade em Barueri, é uma APPP, 700 mil tonelada/dia se eu não me engano. É uma licença prévia. É um parecer da CETESB, tem 56 páginas o parecer, só com exigências. Para a próxima fase, que é o que permitiria a construção, eles têm que cumprir 56 páginas de exigências. Então, também não sabemos se ele vai a termo esse projeto. Mas é um projeto, existem outros 5 empreendedores consultando a CETESB sobre a possibilidade de colocar incineradores no estado. Agora, a lei é clara, você não pode incinerar resíduos recicláveis. Então vamos ver o que vai acontecer, é preciso que a coisa avance bastante, para a gente poder ter isso realmente operando. Mas é um começo de uma história bastante polêmica, que eu acho importante que venha à discussão pública, para que pessoas desmistifiquem um pouco esse assunto. Lembrando, inclusive, que a gente já queima resíduos há muito tempo. Os industriais inclusive. Ou alguém aqui



acha que queimar bagaço de cana é muito diferente de queimar resíduo sólido urbano, tecnicamente falando. Mas enfim, esse é um outro problema. Quanto a construção civil, a gente fez um diagnóstico, lançado aqui na Assembléia Legislativa, em frente, ano passado, diagnóstico por município, de quem tem legislação, quem tem área de transbordo, quem tem britador, quem já utiliza resíduo sólido em reciclagem para diversas finalidades. Pavimentação, concreto não estrutural, e assim sucessivamente. Foi desenvolvido uma cartilha, foram nove capacitações ano passado, para os gestores municipais entenderem o desafio do resíduo sólido de construção e as possibilidades de reutilização. E estamos construindo um piloto de um sistema declaratório específico para construção civil. A idéia é criar um sistema de rastreabilidade, aonde cada elo da cadeia vá ao sistema e vá dizendo o que aconteceu com cada caçamba, com cada envio. A nossa idéia é que os municípios tenham um papel muito importante no controle dos caçambeiros, e aí o estado faça a fiscalização da disposição final desse resíduo, evitando que esse resíduo seja incorretamente disposto. E tentando, claro, fazer com que isso venha a ser reutilizado e reciclado sempre que possível. E para isso a gente tem uma discussão de um decreto estadual de construção civil sustentável, para estimular uma série de iniciativas. Agora é um assunto bastante polemico e que a gente espera, possa começar com as próprias construções públicas. A idéia é colocar em licitações alguns critérios para sustentabilidade da construção civil. E quanto aos resíduos industriais, uma série de assuntos em discussão, um plano de gerenciamento, que seria uma nova exigência da CETESB, um licenciamento de uma série de atividades, mas também algumas regras novas de ICMS, ligadas, pelo menos, a harmonização do chamado crédito presumido de ICMS. Hoje em dia o produto reciclado, ele paga “duas vezes” o ICMS. A gente quer que isso deixe de acontecer, porque são desestímulos ao empreendedor que vai usar o seu resíduo reciclado. Tem uma idéia de uma proposta, de uma linha de financiamento estadual para a cadeia da reciclagem, para diversos tipos de empreendimentos. E o que eu vou falar, agora, sim, entrando no assunto mais específico, que é a responsabilidade pós consumo, que é o equivalente da logística reversa. Exatamente esse é o primeiro esclarecimento que eu gostaria de fazer. Logística reversa é um termo definido na lei federal, na lei que determina a política nacional de resíduos sólidos, que está escrito a sua definição, e que tem muito claro a seguinte delimitação: é o ato de você trazer de volta o sistema produtivo o resíduo gerado após o consumo. Ao contrário, a responsabilidade pós-consumo, ela é, toda a responsabilidade, e aí é um pouco diferente, (incompreensível) falando de uma responsabilidade de fabricantes distribuidores, importadores, pelo atendimento das exigências referentes ao seus resíduos após o consumo, desde a coleta, passando pela eliminação, tratamento e disposição final, claro, aí priorizando a reciclagem. E por que é importante essa diferenciação? Porque a responsabilidade pós-consumo vai além da logística reversa. Ela inclui a logística reversa, mas ela também inclui o eco design. A redução de embalagens. E, portanto, o primeiro R lá, da hierarquia dos resíduos. É claro que a gente começa a responsabilidade pós-consumo pelo dia a dia, pelo arroz com feijão. Que é você ter a logística reversa, trazer de volta esses resíduos. Mas já



estamos começando uma discussão para as outras ações, por exemplo, estímulo ao eco design, fazer as empresas usarem menos embalagens, ou embalagens mais leves, ou com menos material, ou de material reciclável. Enfim, tem uma série de possibilidades, a criatividade humana é infinita e a gente conta com isso para soluções mais criativas, inovadores, inclusive, principalmente por parte das empresas. Só para citar, um dos termos que eu vou comentar de responsabilidade pós-consumo, que nós assinamos agora em junho, é referente a logística reversa, mas a empresa responsável, a empresa da área alimentícia, já nos procurou, porque eles estão desenvolvendo um novo material, com financiamento próprio para pesquisa, olha que interessante, para substituir aquelas bandejas de isopor de supermercado. É uma indústria da área frigorífica, de carnes, eles têm um problema sério porque esse tipo de bandeja impregnada de sangue é um difícil, você não recicla, você não faz nada com aquilo, só manda para o aterro. E até um comentário da CETESB, que é curioso, porque você vai às vezes ao supermercado, na banca dos orgânicos, você vê um produto orgânico vendido em uma bandeja de isopor. Isso é um contrassenso. O produto orgânico tem uma série de cuidados ambientais ao longo do seu ciclo de vida, para não gerar, inclusive, resíduos, e você põe em uma bandeja de isopor. Nada mais natural do que você achar um substituto. Eles estão tentando, inclusive, um substituto compostável, algo que possa ser, depois, degradado e servir como adubo em cadeias produtivas. Mas não conheci ainda. Eles vão propor semana que vêm eles vão trazer uma proposta. Vamos ver o que eles trazem. De concreto com relação à logística reversa dentro de responsabilidade pós-consumo, o que nós temos feito? São Paulo teve a seguinte iniciativa, motivada, importantíssima que se diga por um pedido da Ministra Isabela ao secretário Bruno Covas. Ela pediu pessoalmente ao secretário o seguinte: *“eu preciso que vocês comecem uma ação prática para adiantar a negociação dos acordos setoriais federais.”* O que acontece? Existe muita discussão teórica, seja discussão mesmo, sejam estudos acadêmicos, ou seja, os próprios estudos de viabilidade que são condição *“sine qua non”* dos acordos setoriais. Qual é a questão? É tudo muito bacana, tudo muito legal. Mas é muito teórico. Então ela falou: *“Eu preciso de experiências práticas, para confirmar ou não as teorias.”* Para dizer o que funciona de verdade aqui no Brasil. Você pega, por exemplo, pegar um caso totalmente oposto ao nosso, que é o caso japonês para os eletroeletrônicos. No Japão é proibido descartar eletroeletrônicos junto com o lixo comum. O cidadão é obrigado, por lei, a levar o seu eletroeletrônico usado em um centro de recebimento, como um posto de entrega voluntária. Não é tão voluntário, mas é um ponto de entrega. E ele paga quando ele entrega o eletroeletrônico. Vocês imaginem uma política dessa aqui no Brasil. A primeira coisa que ia acontecer, o cara ia jogar para o vizinho, para o terreno baldio, ia sumir para tudo e quanto é lugar eletroeletrônico, menos para o ponto de entrega, porque o cara não ia querer pagar por aquele custo. Então a gente precisa perceber quais são as políticas que funcionam aqui, quais são as que não funcionam para poder caminhar na trilha do sucesso dos programas gradualmente. Então qual foi a nossa proposta em relação a esse pedido da ministra? Primeiro, usar o que a lei nos permite, a própria política nacional, que



é o termos de compromisso, que não é um acordo setorial. Isso é importante dizer, o acordo setorial, ele vale para todo mundo, ele tem peso de um decreto. O termo de compromisso não, é um documento contratual que vale para quem assina. E é muito mais flexível. A idéia é focar, inicialmente, em fabricantes, que é o que a CETESB tem ingerência direta por conta das licenças, mas também importadores de uma série de produtos. Em cada setor, que a gente já acha importante ter essa logística reversa, firmar pelo menos um termo de compromisso. Porque, como eu disse, ele é para quem assina. Então tem setores onde a gente assinou com uma empresa. Tem setores, onde é o setor todo. Depende da negociação que você consegue ter. e depois, criar uma regra para quem não adere ao termo, tem que fazer alguma coisa, e não ficar em berço esplendido. E é isso que a CETESB, hoje, tem feito. Esse é o momento da discussão. Para dar conta disso, em 03 de agosto de 2011, publicamos uma resolução que tem uma certa diferença do ponto de vista regulatório em relação ao tradicional. Ao invés de dizer o que deveria ser feito, nós solicitamos, solicitamos é um verbo bem bondoso, nós demandamos o setor produtivo destes setores todos, são 14, que em 60 dias apresentassem uma proposta de como eles acreditariam que deveria ser uma logística reversa. Qual é o truque aí? O truque é que você colocando a responsabilidade em quem tem que fazer, você prescindi do estudo de viabilidade. Se o sujeito que vai fazer está me dizendo que aquilo é possível, aquilo é viável, pressuponho. Então por isso a gente consegue pular uma etapa que custa caro e que demora muito tempo, que é a aprovação dos estudos de viabilidade. E com isso já passamos direto à implementação. Bem, a gente tenta com isso, também, fazer a interface com outras ações. Eu vou falar um pouco aqui, no caso de embalagens principalmente, a idéia é focar em cooperativa, até porque isso é uma prioridade dentro da política. E também fazer um relacionamento com os municípios, em muitos casos, por meio dos planos municipais. Foram feitas 56 reuniões em 60 dias corridos, com a presença do secretário adjunto, o secretário deve saber a dificuldade que é fazer esse tipo de reunião, uma delas na FIESP, só para citar pitorescamente, tinha 27 sindicatos em uma mesma reunião. É um monte de interesses em um mesmo lugar. E o pessoal ameaçando coisas do tipo: "Ah, se vocês fizerem isso, eu vou para Minas Gerais. Levo os empregos e as arrecadações para lá." Enfim, e a coisa foi caminhando, caminhando, e saindo um pouco dessa hostilidade rumo a uma negociação um pouco mais positiva. A gente fez um site com perguntas e respostas, respondemos mais de mil e-mails de dúvidas, em menos de 60 dias. Foram feitas duas reuniões abertas, uma espécie de audiência pública no nosso auditório, só para esclarecimento de dúvidas e cosia do tipo. E após os 60 dias, recebemos 186, na verdade são 189, porque depois a gente recebeu mais três, representando 3.000 CNPJ's, isso aí dá um trabalho razoável de se analisar. E a gente separou por setor, em cada setor a gente começou pela mais abrangente rumo a menos abrangente, tentando ver o que dava para virar a termo de compromisso. Treze setores, esses em vermelho, já firmaram termo de compromisso conosco. Então vocês vejam que quase todos, na verdade falta o pessoal de bebida, a gente tem uma prévia de termo com o pessoal das embalagens de vidro. E dentro de eletroeletrônicos, apenas o pessoal de



telefonia celular, por conta, inclusive, da FECOMÉRCIO que nos apoiou nessa negociação. Estamos negociando aí para as próximas linhas, que seria notebook e a linha branca de eletroeletrônicos. E esses termos têm três tipos de modelo basicamente. O primeiro são resíduos gerados fora da sua residência, que são gerados pelos consumidores, mas você não chega a lidar com o resíduo, que são geralmente de característica automotiva: baterias, pneus, óleo lubrificante, filtro de óleo e a própria embalagem do óleo. Porque você vai em um posto de troca e deixa lá. Você nem encosta no teu produto, no produto, no resíduo. Então o consumidor vai até um ponto de troca, e lá já fica o pneu antigo, a bateria, ou o óleo lubrificante, o filtro, a embalagem. O programa basicamente passa nesses pontos de coleta, e encaminha para a reciclagem e destinação final, dependendo do caso. Claro que cada um desses casos é diferente. Então você pega, por exemplo, pneu, tem resolução CONAMA, eles fazem parceria com as prefeituras para construções de galpões. Tem uma série de detalhes. Óleo lubrificante, por exemplo, tem uma meta nacional bastante agressiva de atendimento, é obrigado o rerefino, você não pode dispor de outra forma o óleo. Então cada um tem a sua particularidade. Tendo interesse, depois a gente entra nos detalhes. O segundo modelo é de embalagem. De embalagem, obviamente, passa pelas cooperativas de catadores, podendo ou não ter um ponto de entrega voluntário anterior. Então tem programas aonde você cria um ponto de entrega, as pessoas deixam lá, e a cooperativa busca no ponto de entrega. Ou direto, a pessoa levando na cooperativa, dependendo do caso. O que acontece? Basicamente aí, são setores produtivos aportando recursos diretamente, as cooperativas, claro, o governo do estado e município no meio do caminho. Mas a idéia é, a iniciativa privada, ao invés do governo, fazer o aporte financeiro às cooperativas. Isso é importante porque dá validade ao princípio, vamos dar uma flexibilidade aí ao poluidor pagador. No fundo, quando eu pego um dinheiro de um fundo público e dou para a cooperativa, é o contribuinte que está pagando, seja pessoa física ou jurídica. Aqui, é claro, a empresa que estaria financiando o que é de sua responsabilidade. Então a maneira direta de pôr em prática esse princípio. Até agora, isso está tudo em andamento na verdade, este modelo depende de um diagnóstico bastante detalhado, que é o que eu comentei que está sendo feito, fase 1, que foi até o começo deste ano, em 14 municípios. Fechou esse diagnóstico. E agora eles estão negociando com o jurídico das prefeituras os convênios para o repasse dos recursos. O único convênio que foi assinado até o momento foi com Rio Claro, eles repassaram R\$ 300.000,00 para as cooperativas de resíduos. Ano é um volume astronômico, mas para as cooperativas que recebem é um volume bastante significativo e permite uma operação bastante interessante. Tem mais 13 em negociação com o jurídico, e esse ano estamos negociando mais 20 municípios aí, expandindo, para inclusive municípios da grande São Paulo, eu não sei dizer se São Paulo está nessa lista ou não. Não me lembro agora. Acredito que o município de São Paulo ainda não. Mas a grande São Paulo já tem vários municípios. E um terceiro modelo que é dos outros resíduos, que passam por pontos de coleta e o programa vai lá coletar. E tem vários modelos, pilhas e baterias, por exemplo, basicamente os pontos de coletas estão no comércio, seja



supermercado, farmácia e coisas do tipo. Óleo comestível, tem supermercado, tem pontos nas agências da Sabesp, aí cada um tem o seu modelo. Lâmpadas mercuriais, a gente está criando, com uma prefeitura, um programa piloto. Lâmpada tem um problema sério, não tem receita nenhuma na gestão pós-consumo. É só gasto. E o custo de descontaminação de uma lâmpada fluorescente, mesmo a compacta, o custo de descontaminação é duas a quatro vezes o preço de venda. Então para que viabilize uma real logística reversa desse setor vai ser necessário uma reconfiguração do sistema de preço. Alguém vai ter que pagar essa conta, e não é barata. A própria Secretaria de Educação do estado de São Paulo, recentemente, teve que fazer uma descontaminação, gastou R\$ 700.000,00 só para mandar as lâmpadas de um lote que eles tinham para descontaminação. Isso é gasto público, dinheiro do contribuinte, indo para descontaminar lâmpada que vai para o lixo. Embalagem de agrotóxico, que é o caso, talvez, mais bem sucedido, tem mais de 10 anos, a gente já coleta 97% das embalagens, e é via casa de agricultura. E celulares, que eu acho que é o programa mais bem sucedido, esse que teve o aporte da Fecomércio como articulador. Hoje é bom que se diga, em todo estado de São Paulo, todas as lojas, de todas as operadoras, são obrigadas a recolher qualquer celular e seus acessórios e baterias, independente de marca e de quem você é cliente. Se isso não acontecer, denunciem. Porque é acordo, e eles, pelo que me disseram anteontem na reunião de acompanhamento, eles estão cumprindo. Já são mais de mil pontos no estado de São Paulo. Já se coletou em torno de 100 mil aparelhos celulares no ano passado. Frente ao volume que é vendido, ainda é pouco. Mas a gente também aí, e essa é uma discussão bastante importante, precisa também graduar o avanço destes sistemas com a capacidade de processamento das empresas. E esse é um desafio que a gente tem, inclusive, discutido com o Ministério Público. O Ministério Público é muito enfático em nos cobrar que a gente tenha nos termos metas numéricas de quantidade recolhida. E nós temos, por incrível que pareça, eu vivo dizendo: olha, vocês estão tendo uma posição conservadora da CETESB, o que é muito raro. Mas assim, nós temos cuidado de aumentar esta exigência neste momento. Vou dar um exemplo, volto para as lâmpadas fluorescentes, o estado de São Paulo tem duas empresas licenciadas para descontaminar lâmpada. Se só o governo do estado for descatar todas essas lâmpadas nessas duas empresas, já não tem capacidade operacional. A gente também precisa criar um certo calendário de cobrança de geração de demanda para que se ofereça a oferta do serviço, para não ficar com um monte de galpões armazenando resíduos ad infinitum. Muitas cooperativas já tem nos relatado, inclusive, dificuldade de achar quem recicle alguns dos materiais que eles coletam. E isso é um problema sério. Porque você vai começando a acumular no fundo da cooperativa resíduos já triados que não tem para onde ir. E a cooperativa daqui a pouco não tem mais espaço. Isso é um problema sério. Então é preciso cuidado em você não querer cobrar uma meta que não pode ser tecnicamente atendida no ponto de vista operacional. Bem, em andamento, hoje em dia, a gente tem novos setores, outros setores de alimentos, semana que vem a gente assina mais dois. Embalagem de bebida, que é o protocolo com a indústria do vidro, a gente está tentando



fazer um projeto piloto para embalagens de vidro, aqui no município de São Paulo. Isso é importante porque quando isso for realmente desenhado, a gente espera contar com a colaboração aqui, do município. E eletroeletrônicos, que é um desafio grande, pensando em um primeiro momento em notebooks e linha branca, fogão, geladeira, esse tipo de produto. Além disso, a gente tem respondido a quem nos consulta sobre a resolução 38. Tem criado sanções a quem não respondeu, ou seja, as empresas que até o momento não tem essa proposta entregue, não estão fazendo a logística reversa, vão começar a ter dificuldade, inclusive na renovação da sua licença de operação junto à CETESB. Estamos regulamentando alguns aspectos, por exemplo, ponto de entrega voluntária de resíduo, precisa de licenciamento ou não? Teoricamente uma urna de celular em shopping center é um depósito de resíduo perigoso, teoricamente. Agora, ninguém é maluco de querer que aquilo que não oferece perigo nenhum, que aquilo passe por um processo de licenciamento burocrático, que consome tempo dos técnicos, custo, enfim. Agora, até que alguém diga que não precisa, precisa. Então nós estamos discutindo uma resolução da secretaria, para que diga quando precisa obrigatoriamente, quando não precisa em nenhum caso e quando é preciso que se consulte caso a caso. Lâmpada fluorescente, para voltar ao exemplo, certamente vai ser caso a caso. Uma certa quantidade de lâmpada armazenada de forma segura, podemos liberar o licenciamento ambiental. Agora, um grande depósito, sinto muito. E aí a gente entra em um problema, porque você chega em uma loja que vende lâmpada fluorescente, ele tem um estoque de lâmpada lá, que não é licenciado. E qual é a diferença da lâmpada boa para a queimada, do ponto de vista de perigo ambiental? É o mesmo. Então é preciso coerência também no momento de criar essas regras. Eu não estou falando de um, mas tem vários tipos de regras. Isso inclui transporte dos resíduos. Precisa do CADRI para levar do o ponto de entrega voluntário para a recicladora? Como é a autorização disso, é caso a caso, ou é em bloco? Uma série de regras que nós vamos ter que criar para dar conta de pôr em prática a logística reversa. Não é tão simples assim. As próprias cooperativas, a gente tem cooperativas que já estão querendo processar o resíduo, não apenas fazer a triagem. Por exemplo, lavar garrafa pet. Lavar garrafa pet gera efluente, assim como uma indústria. Você passa a ser uma atividade passiva de licenciamento ambiental. Não é porque o intuito, a constituição jurídica é socialmente mais interessante do que uma empresa privada, que você pode liberar o licenciamento. E aí eu volto a lembrar o papel do licenciamento, o licenciamento tem várias importâncias, e uma delas é o controle social sobre as questões ambientais. É a participação pública, é você criar controle, a população de poder ir à CETESB e consultar o processo, saber o que está acontecendo naquela instalação, e se for o caso fazer suas denúncias, suas queixas, suas demandas. Você abrir mão disso é abrir mão de uma ferramenta social, de uma conquista muito importante que nós tivemos. Então tem que ser muito cuidadoso em o que você libera de licenciamento ambiental. Só que por outro lado, você também não pode ficar querendo licenciar tudo. Senão você não caminha na política ambiental. E o último que é o mais controverso, recente, e talvez significativo, existe uma proposta da Secretaria do Meio Ambiente, do secretário, de criar uma proibição



de venda, no estado de São Paulo, de produtos que não tenham logística reversa. Isso, sim, seria um grande avanço. Porque qual o problema? E isso a gente tem reportado ao Ministério Público, o problema é o seguinte, aqui em São Paulo, a duras penas e com passos, às vezes, menores do que a gente gostaria, mas nós estamos caminhando, estamos pondo em prática a logística reversa, estamos cobrando das empresas. Eles estão gastando dinheiro. Só para vocês terem idéia, o sistema de agrotóxicos custa, só logística reversa, R\$ 80.000.000,00 por ano. É muito dinheiro, mesmo para grandes empresas. Então é um custo, isso vai para o produto, isso vai para o consumidor. Não sejamos inocentes, não vai sair do bolso dos acionistas. Então é preciso que a gente entenda também aí, que na hora que a gente começa a apertar as exigências, seja aqui no município, seja no estado, a gente traz um ônus, inclusive, para o cidadão, por meio das empresas, mas que acaba chegando nos preços dos produtos. E prejudica inclusive a competitividade também das empresas aqui. O que prejudica emprego e renda. E aí a gente fazendo isso, isoladamente, no estado de São Paulo, pode criar uma guerra ambiental e fazer com que as indústrias comecem a ir para outros estados, e aí a gente inclusive perde a possibilidade de, via licença ambiental, fazer essa cobrança. Então é preciso algum instrumento que evite que essas empresas, fora do nosso controle ambiental, das nossas exigências, continuem vendendo produtos aqui sem a logística reversa. Então essa é uma proposta que a gente tem, claro que tem todo um processo legislativo aí, no meio do caminho, a gente pode, no máximo, fazer um projeto de lei do executivo, mas isso passa por Assembléia, governador, quem quer que seja, e a gente não sabe como isso vai ser recebido pela sociedade. Mas é uma proposta do nosso secretário, que a gente espera, ainda esse ano, colocar em discussão publicamente, de forma oficial. E só para encerrar. Lembrar em conclusão, que crescentemente esse assunto tem tomado importância na mídia, nas discussões sociais, a própria conferência de meio ambiente federal, estaduais, municipais desse ano tem como tema os resíduos sólidos. E a própria imprensa cada vez mais noticia esse tipo de coisa. E é da máxima relevância que a gente comece a perceber que isso é uma política em transição, que hoje está posto, inclusive a logística reversa, eu duvido que seja o que vai vingar daqui há 10 anos. Mas são as semente que estão aí, algumas vingarão. A gente espera que as coisas se consolidem da melhor forma possível. E por isso é importante a participação da sociedade de forma ampla, em todos os seus segmentos, para poder acompanhar esses momentos, poder perceber o que está acontecendo e que vai influenciar a sua vida. A gente está falando aí de mudanças econômicas, às vezes, profundas. Segunda coisa, é que a sociedade está mobilizada, a gente percebe, em diversos fóruns que a gente fala, tanto catadores, quanto população, quanto as universidades, a quantidade de eventos que a gente frequenta, que esse assunto está, vamos chamar assim, na boca do povo. E lembrar uma coisa muito importante, que foi dito outro dia em relação aos movimentos que foram às ruas esses dias, não é só se mobilizar para pedir providências, é que cada um, também, assuma suas responsabilidades. O sujeito que vai à rua também tem que fazer a sua parte. Por exemplo, nesse caso, segregando o seu resíduo em casa, levando os seus



resíduos aos pontos de entrega de logística reversa. Isso é muito importante. Aí tem todo um trabalho que deve começar em breve, a gente ainda está estruturando o sistema, mas assim que eles estiverem prontos, de publicidade, de educação ambiental, vamos chamar assim... aí no caso não é bem educação, é mais comunicação e informação, que é uma parcela apenas de educação ambiental. Terceiro, tem que ser uma política de desenvolvimento que traga uma convergência das políticas sociais, industriais, econômicas, tarifárias, tributárias, para que a gente possa fazer com que a coisa realmente aconteça. E não seja só uma letra morta da política que ficou na história. E por último, lembrar que a gente, seja governo, seja empresas, empresas e governos são feitos por pessoas e a mudança é feita pelas pessoas. Então a educação ambiental das pessoas é muito importante. E esse assunto, a gente sabe que aqui, inclusive na prefeitura, no município de São Paulo, é um assunto tido como de extrema relevância, a gente espera que esse seja ainda uma prioridade. E a gente espera também, nesse assunto, poder contar com o apoio de vocês, para que as pessoas possam participar de uma forma cada vez mais efetiva. Deixo meu e-mail, o que vocês precisarem em relação a esses aspectos da política, principalmente logística reversa, eu estou à disposição. E claro, hoje, durante a reunião, ainda estou à disposição para as perguntas. Obrigado.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Doutor Flávio, primeiro, obrigado pela brilhante apresentação. E que o senhor permaneça aí, para saber se algum conselheiro gostaria de fazer alguma pergunta. Algum conselheiro? Mais alguém quer se inscrever?

Cons. Abel: Parabéns pela exposição. Sou da AVEPEMA, também sou conselheiro no CONSEMA. Essa apresentação que você fez, ela foi muito boa. Só que lá no CONSEMA, os conselheiros, desculpa, eu vou falar a real, que eu faço parte e não falto. Lá no CONSEMA não teve uma apresentação dessas. Tanto é que a sociedade civil cobrou o secretário Bruno Covas sobre a logística reversa, como está o programa, como está a situação da logística reversa e da sociedade. Por exemplo, você falou das caçambas. Nós aprovamos, já, o chip que vai nas caçambas, para você seguir e saber se não vai jogar em qualquer canto. Isso já foi aprovado. Nós estamos cobrando mais... Essa posição que você está colocando, tudo que você colocou a gente... tem conselheiro lá que não está sabendo disso. Eu vou fazer até uma sugestão para o secretário Bruno Covas, na próxima reunião, engenheiro Flávio, de você fazer uma apresentação lá, para os conselheiros, que os conselheiros infelizmente não sabem o que está acontecendo. Tanto é que nós estamos cobrando o Bruno Covas como está a situação, os projetos estaduais para resíduos sólidos.

Flávio Ribeiro: Sem problemas, conselheiro. E olha, para nós é um prazer, eu também sou conselheiro do CONSEMA, então a qualquer momento, eu acho que o caminho é esse. Faça uma solicitação ao secretário, e ele me convoca. Com prazer, eu vou lá e apresento.



Cons. Abel: Está certo. Mas eu vou fazer essa sugestão, é para você fazer essa apresentação.

Cons. Eliane: Um momento extremamente oportuno que o município de São Paulo passa na questão de resíduos sólidos. Deve acontecer em meados de agosto, final de agosto para setembro, uma conferência municipal de meio ambiente, em que o tema principal é a questão de resíduos sólidos no município. A primeira dúvida também entrelaça com algumas informações, eu acho que o Samuel pode me dar com muita propriedade, na programação desse encontro de meio ambiente, esse entrelaçamento, esse entrosamento entre a política estadual de resíduos sólidos e o que o município venha a produzir a partir dessa conferência. Esse pano de fundo da política estadual, ela passa a ser fundamental no olhar que nós vamos dar na conferência. Porque lá nós vamos ter representantes da sociedade civil organizada, o poder público acredita que algumas indústrias, empresas, e que a gente possa ter também esse termômetro da política estadual, do que está acontecendo no estado, que a gente possa plotar a nossa iniciativa dentro desse quadro, desse cenário de iniciativas. Então eu queria só uma explicação, por exemplo, se vai haver uma câmara com esse tema “pó-s-consumo”, que a gente possa também, talvez, trazer esse assunto fundamental para conferência municipal. Essa é uma dúvida que poderia...

Flávio Ribeiro: Só fazer um esclarecimento que é importante. Na verdade, eu, na CETESB, cuido dessa parte ligada à logística reversa, mas dentro da secretaria tem várias pessoas com atribuições diferentes na política, inclusive a conferência estadual, porque isso, na verdade, é um processo de construção nacional. Então assim como tem a municipal, tem a estadual e sucessivamente. Existe um responsável por isso, para organizar a conferência estadual, fazer a ponte com os municípios. Então eu até sugiro, caso seja de interesse aqui, do município, que entre em contato com eles, para ver como eles estão produzindo esse diálogo. Até porque existe um material sendo elaborado, um material com conteúdo que apresenta até com mais propriedade do que eu fiz aqui, esses projetos e essas ações, para que todos saibam, acompanhem e possam se manifestar a respeito, que é a idéia da própria conferência.

Cons. Eliane: É, eu acho que sua vinda aqui no CADES é exatamente porque nós estamos dentro dessa proposta conjunta, não é por acaso que você está aqui. Você está dentro, já, deste contexto.

Flávio Ribeiro: Não só isso, esse município representa 1/3 mais ou menos da população do estado. E conseqüentemente dos resíduos. Então é uma importância enorme.

Cons. Eliane: A segunda, eu queria perguntar para você, como está se dando este desdobramento de um programa de educação ambiental, a gente sabe que existe um núcleo pequeno na CETESB que toca essa questão da educação ambiental. Até que ponto esse programa está sendo articulado em alguns municípios do estado de São Paulo? Essa é uma dúvida, eu gostaria.. eu não sei se você tem essas informações.



Flávio Ribeiro: Eu não sou a melhor pessoa para responder. O que eu te digo é o seguinte, a Secretaria do Meio Ambiente, dentro da qual está a CETESB, tem também um outro órgão que é a coordenadoria de educação ambiental, que tem uma equipe dedicada a esse assunto, inclusive em diversas localidades do estado que faz trabalhos de diversos tipos. Inclusive, não sei se principalmente, mas inclusive com organizações não-governamentais, com a própria Secretaria de Educação do estado, tem um programa aí para seis milhões de crianças, você imagina, junto da Secretaria de Educação do estado, incluindo currículo de disciplinas de formas transversal, conteúdos de educação ambiental. Então tem toda uma construção.

Cons. Eliane: É que às vezes, isso, Flávio, acontece dentro de um movimento isolado. Entendeu? Então, como fazer a educação ambiental, para que ela seja potencializada no estado, no município? Isso é um aprendizado. É difícil. Ficam vários programas acontecendo e nunca há um esforço em uma direção. Então um ataca aqui, outro faz, o município faz. E não há esse entrosamento.

Flávio Ribeiro: O que eu te sugeri é talvez fazer um contato direto com a coordenadora de educação ambiental, e lembrar que existe uma política estadual de educação ambiental, cuja a regulamentação por meio de um decreto está em discussão no CONSEMA. Está na pauta. Então teremos, em breve, aprovado, eu espero, pelo CONSEMA, um decreto regulamentando como se pensa organizar a educação ambiental no estado. Agora, eu, sinceramente, não tenho acompanhado o assunto de perto para poder te esclarecer melhor.

Cons. Eliane: A terceira informação é só um dado técnico que você citou, você disse que tem um novo índice em que os aterros sanitários, você tem agora duas classificações, dois índices: o de INADEQUADO e de ADEQUADO. E essa questão ainda nós temos muitos estados que ainda têm a disposição de aterros CONTROLADOS. Então isso te classifica como INADEQUADO, como vocês lidam então? Porque isso ainda é uma grande porcentagem.

Flávio Ribeiro: Atualmente, grande parte dos que eram chamados ADEQUADOS estão como INADEQUADOS. Agora...

Cons. Eliane: E isso responde a quantos por cento? Você citou 2,7, eu acho que eu perdi, esse 2,7%.

Flávio Ribeiro: 2,7 é o INADEQUADO, é o lixão.

Cons. Eliane: Inadequado?

Flávio Ribeiro: É. O resto, 97,3, é o ADEQUADO.

Cons. Eliane: Então falta esse índice, ele é um índice transitório importante, o controlado.



Flávio Ribeiro: O que é importante também dizer, e até uma questão delicada, porque eu até me solidarizo com outros estados, porque existe, inclusive, uma questão orçamentária. A gente fala com a boca cheia da CETESB, tem muito orgulho de falar da CETESB, quinta maior agência ambiental do mundo, mas isso tem um preço para o contribuinte. E não são todos os estados que se dispõem a alocar o orçamento suficiente para ter um órgão dessa magnitude. A CETESB tem mais de dois mil funcionários, é uma estrutura com 56 agências, tem um custo alto. Então, assim, outros estados que você citou, eu não vou ficar aqui dando nomes, mas tem estados que não tem um aterro sequer que poderiam ser licenciados com o nosso critério. Muitos estados. Muitos estados que não têm um aterro realmente adequado. Isso é muito grave. Agora, infelizmente, é a realidade que está colocada. Eu acho que com a política isso tende a ser corrigido, a gente percebe um esforço muito grande do Ministério em corrigir esse problema dos lixões, o que eu acho louvável, porque é um problema de saúde pública, que em primeiro lugar precisa ser encaminhado. E depois, claro, tem os desafios aí da inclusão social da coleta seletiva, mas esses de lixões, fora de São Paulo, realmente tem lugares que beiram a catástrofe. Você vai a estado, só para mostrar um porque é tão difícil, um estado como o Amazonas, ou como, por exemplo, o Mato Grosso, que tem grandes áreas alagadiças. Área alagadiça não pode ter aterro. Onde não é área alagadiça ou é área indígena, ou é área de preservação, ou tem perto pista de pouso de avião. Então você não tem lugar, você olha assim o mapa, você sobrepõe as restrições para a construção de aterro, você não acha um lugar para pôr um aterro. Às vezes você acha, mas são 800 quilômetros da capital, tem que pegar um caminhão, levar 800 quilômetros o lixo. Então é muito difícil, eu me solidarizo aos colegas de outras agências, que tem dificuldades enormes aí para isso.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Com a palavra a conselheira Marta.

Cons. Marta Amélia: Bom dia, o meu nome é Mara Amélia, eu sou da sociedade civil, pela ABES Engenharia. Parabéns pela apresentação e eu fico pensando sobre a questão da política pública, o quanto nós precisamos avançar. Esses dias assistindo a Cultura, eu vi uma frase que marcou o meu pensamento: a vida é um patrimônio da humanidade. Esse finalzinho aí da proposta do secretário, sobre a questão da logística reversa, é uma chama. Mas por que não fazer com que o produtor, o gerador principal, assuma a sua responsabilidade? Isso está muito aquém. O tempo todo nós estamos transferindo, externalizando, seja para uma cooperativa, um catador, criando formas paliativas de uma situação que é secar gelo. Porque o produtor não assume aí, nesses acordos, nesses compromissos: eu gerei tanto de embalagem, eu gerei tanto de lâmpada, então eu tenho que recolher X por cento dessas lâmpadas. Não, eu estou transferindo cada vez mais, até mesmo nas propostas dos acordos. Na verdade não é só para você, é para a gente repensar sobre o que vem acontecendo na questão de resíduos. A externalidade do impacto. Então, eu já tive, eu vivi um acidente com uma lâmpada, e durante anos e anos eu tive que acompanhar por causa da questão de agravo à minha saúde. E eu me



preocupo muito com isso. Eu sinto que não foi feliz para mim ouvir todas as vezes o teu exemplo com relação ao impacto dessa lâmpada, com relação ao patrimônio da vida, que é o primeiro principal para a humanidade. Mas que o gerador pudesse cada vez mais ser cobrado, quando ele está trazendo de volta e tratando o impacto? Como eu vou reduzir o consumo lá na ponta, se eu não estou trabalhando aqui nessa produção inicial? É mais uma reflexão.

Flávio Ribeiro: É uma reflexão muito válida, com a qual eu concordo plenamente. Inclusive a defesa da vida é um princípio, inclusive, constitucional primeiro, que a gente não pode deixar de lado. E até essa sua lógica de internalização de externalidades é exatamente o que está aqui. A questão aí é a gradualidade. O que a gente espera é que, uma vez que os sistemas estejam postos, a gente comece a cobrar exatamente o que você colocou, percentuais de coleta, que é o que já acontece para alguns que já não tem a desculpa de não ter o sistema. Então você pega o caso, o óleo lubrificante, o pneu, a embalagem de agrotóxico, são sistemas que já estão aí há anos. Esses casos têm até por regra federal, já norma do CONAMA, já tem metas percentuais estabelecidas para o país todo, então eles vão perseguindo essas metas. A nossa idéia é que criar essas metas também em nível estadual aqui, para os outros produtos. Agora é um processo gradual, é o que eu disse, a gente vai avançando. E infelizmente, nem sempre com a velocidade que a gente gostaria, mas tenha certeza de que, pelo menos do ponto de vista do órgão ambiental, a gente tem todo o interesse de apertar cada vez mais essa pressão rumo a internalização das externalidades, inclusive do ponto de vista de custo. É o que eu digo, existem projetos, inclusive, alguns desses, que já prevêem, inclusive, instrumentos mais modernos de internalização, como pagamento por serviços ambientais para catador de material reciclado. Que é uma proposta que a gente tem discutido com o próprio movimento nacional, tem aí uma discussão grande sobre como é a conta, como é feito o fluxo financeiro, mas enfim, é uma questão bastante delicada. E só, outra curiosidade, um outro problema que a gente vê, que é um cuidado que a gente tem no estabelecimento de metas. É o seguinte, a gente viu isso com o setor, eu não vou comentar qual é, mas um setor industrial que não é a situação de coleta tradicional que a gente está acostumado, é uma coleta por empresas, mas eles têm uma meta para ser atendida. Vamos supor, tem que atender, sei lá, 60% de coleta, tem que recolher pós-consumo 60% do que põe no mercado. Aí um determinado mês eles conseguem 55%. Aí vem uma empresa e fala para eles: você não está conseguindo atender a sua meta, não é? Eu tenho um estoque do teu produto lá, você não quer comprar de mim? E aí eles põem um preço lá nas alturas e fazem um lobby para que eles consigam atender a meta. E isso tem um impacto econômico negativo, e desacredita a toda uma lógica que deveria existir linear de cobrança desse princípio poluidor pagador, de internalização, que é terrível. Então também tem que tomar um pouco de cuidado, porque tem que ter um mecanismo, inclusive, de fiscalização dos intermediários que estão tomando conta do processo. Para não acontecer o que inclusive algumas cooperativas nos relatam, infelizmente, que quem fica com a



maior fatia do bolo é o intermediário, não é o cooperado. Não é essa a idéia. A idéia é de colocar catador para recolher coleta seletiva, não é para gerar mais receita para o intermediário, é para que eles tenham renda. E é isso que agente tem que lutar, é esse cuidado que a gente tem que ter, e que tem que se criar, na minha opinião, um mecanismo de acompanhamento, e aí acho que as prefeituras tem um papel muito importante, para ver se realmente eles estão conseguindo atender. Aqui a gente sabe que o pessoal do Silvano tem um trabalho muito importante nisso, e o Rio de Janeiro também tem. No Rio de Janeiro eles criaram aí um sistema de cooperativa de cooperativas, então eles juntam as cooperativas para que eles sejam o próprio intermediário, e eliminem o atravessador que fica com a maior parte do bolo atualmente. Então veja que são vários desafios, mas, sem dúvida, o que você colocou é uma linha a ser perseguida, e eu concordo com a tua preocupação.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Conselheiro Ângelo, com a palavra.

Cons. Ângelo Iervolino: Ângelo, Sociedade Ambientalista Leste. Parabéns, engenheiro, pela apresentação. Eu não sei se hoje nós estamos com algum representante da Secretaria de Serviços presente.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Está.

Cons. Ângelo Iervolino: Eu achei muito importante. E eu gostaria de saber o seguinte, nós temos a política federal, o plano estadual, e nós estamos construindo o plano municipal de resíduo. A interligação entre uma e outra, até quanto é obrigatório seguir certos princípios? E três coisinhas que eu tinha: a lâmpada, eu acho que é uma questão que incomoda a todo mundo, porque é uma coisa que todo mundo usa. E o descarte, nós que não queremos fazer um descarte irregular, temos dificuldade de estar levando... empresas hoje, aqui em São Paulo, tem empresa certificada, que estão cobrando em média um real por lâmpadas, para fazer esse trabalho, mas não é o consumidor final que pode estar arcando. Porque não seria problema nenhum eu acho, para um de nós, pagar um real, mas eles não vêem por um real, teria que fazer um... Eu, hoje, estou na subprefeitura de São Mateus, nós começamos a receber, nós estamos em torno de mil lâmpadas paradas, e o poder público não tem verba para estar pagando essa importância para poder que seja dado o descarte adequado para essas lâmpadas. Outra questão, no estado de São Paulo, a questão de local para equipamentos para a coleta seletiva. Tem locais específicos. Porque em São Paulo o maior problema é área, que hoje podemos fazer equipamento para coleta seletiva. Não há área dentro de São Paulo para que isso seja feito, esse tipo de trabalho. E outra questão que também, pelo que eu vi no interior, e eu tenho conhecimento que muita cidade do interior já tem equipamento, uma cidade como São Paulo não temos programa de descarte correto. Porque todo o descarte do RCC, eles vão para o aterro de inerte. Não é reaproveitado. Inclusive já tem ocasiões anteriores, eu falei, uma lei, um decreto do prefeito Serra, a questão de uns 5, 6 anos



atrás, no qual todas as subprefeituras seriam obrigadas a usar o produto final do RCC, a fabricação de blocos, de guias. Mas como fazer isso se não tem quem beneficie esse material?

Flávio Ribeiro: Vamos pela ordem, vou ver se me lembro de todas as suas colocações. A primeira dos planos. Não só ponto da lei, como do bom senso, que todos sejam harmônicos: o federal, o estadual e o municipal. Os municipais, os estaduais, e o federal. Agora, o que é importante também a gente lembrar é que todo esse processo é uma construção. Então, se a gente for esperar ter todos os municipais para fazer o estadual, se o federal for esperar todos os estados para fazer o federal, não vai sair nunca. Então o que acontece é que cada um vai fazendo na velocidade das suas possibilidades. Então tem muitos municípios que já têm, e outros que estão começando, tem outros que ainda nem começaram, tem estados que já aprovaram, tem outros que não fizeram. O que eu acho que acontece é que a coisa vai e vem. Então alguns terão que ser revistos, alguns terão que ter adendos, vão ter que ser modificados, para que eles se compatibilizem, se harmonizem, conforme o superior, aquele hierarquicamente acima for publicado. O nacional já existe uma minuta aí de discussão pública, certamente nosso estadual será feito obedecendo isso, mas depois pode ser que o nacional mude e a gente terá que mudar aqui também. Isso é natural, é normal, e a gente tem que estar preparado porque os planos têm que ser dinâmicos. Mesmo porque as realidades mudam, os cenários mudam, e qualquer circunstância que se altere exigirá uma alteração dos próprios planos. Quanto à questão das lâmpadas fluorescentes, infelizmente nós não temos uma solução ainda para esse problema. O próprio governo do estado ainda está gastando o seu dinheiro, do contribuinte, do nosso orçamento, para dar o descarte a essas lâmpadas. Como você disse, não é barato, ainda é um valor baixo, tem gente que paga quase três reais por lâmpada descartada. E, infelizmente, na minha opinião, e aí é uma opinião pessoal, não é uma posição institucional, eu já falei isso para o pessoal das lâmpadas, eu torço para que essas lâmpadas sumam do mercado, para que em breve tenhamos uma alternativa mais adequada, por exemplo, os led's. Existe inclusive, é bom que se diga, a própria política de mudanças climáticas exige a eficiência energética, e uma das maneiras com as quais isso tem sido efetivado é o banimento da lâmpada incandescente. Não sei se todos sabem, em breve vai ser proibida a venda da lâmpada incandescente. Ou seja, vai aumentar muito a compra da lâmpada da fluorescente, seja ela compacta ou não. E, portanto, a necessidade de descarte. E a gente continua sem uma boa solução para isso. Isso é uma questão muito preocupante. Então eu adoraria que antes desse banimento os led's tomassem o lugar e passassem adiante na história, que a gente não tivesse que passar pelas fluorescentes para chegar no led. O problema é que o custo hoje é impossível. Eu que sou maníaco pela questão ambiental não consigo ter na minha casa lâmpada led, porque eu não consigo pagar por aquilo. Então infelizmente é a realidade posta, eu espero que a tecnologia, nesse caso, eu torço pela tecnologia, pela inovação, e pelo progresso, para que a gente avance rumo a uma solução melhor, que não contenha



mercúrio ou outros metais pesados. Lembrando inclusive, que as lâmpadas de iluminação pública, em muitos casos, podem não ter mercúrio, mas têm outros metais, outros sais que também as tornam um resíduo perigoso. Quando a gente fala de iluminação pública tem outros vapores metálicos envolvidos aí. O que mais você falou? O local, isso. Não existe uma definição de local, mesmo porque quando a gente fala de uma cooperativa que só faça triagem, o impacto ambiental se existe é muito baixo, é local, é ruído, é vibração. Se houver uma condição inadequada é de armazenagem, algum tipo de problema de odor. Mas eu, vou lhe contar, eu morei três anos em frente à COOPAMARE, mas assim, do outro lado da rua, nunca, nunca, tive um problema de incômodo, nem de odor, nem de proliferação de vetores, nem de ruído, nunca. Não tenho uma queixa, o trabalho deles, na minha opinião, sempre foi exemplar, e tive lá excelentes vizinhos. O meu vizinho do lado dava algumas festinhas, incomodava muito mais do que a cooperativa. Então assim, uma cooperativa bem operada, na minha visão, não tem porque ter uma necessidade de uma previsão locacional com restrição ambiental. Obviamente existem algumas, por exemplo, sujeitas por estar numa APP. Aí a coisa muda, não porque é uma cooperativa, mas por estar em APP. Qualquer coisa em APP tem uma restrição ambiental. Então, seria esse o ponto. Na minha opinião, o que pode haver é dentro do plano estadual, uma vez feito o nosso diagnóstico perante o cadastro, uma identificação de áreas prioritárias, por serem mais carentes de cooperativas. Então você faz um estudo de oferta e demanda e vê onde tem regiões do estado que tem muita gente e pouca cooperativa proporcionalmente. Isso sim, eu espero que aconteça. Agora, isso tudo a cargo dos municípios. Lembrar que a questão das cooperativas é gerenciada, no caso do estado, por meio dos municípios, não existe ingerência do estado falando: vamos ter uma cooperativa aqui, outra ali. Sempre são acordos, convênios, depende do tipo, com os municípios. E isso é muito claro, e eu espero que continue assim.

Cons. Ângelo Iervolino: Aqui em São Paulo, hoje, pela legislação, só pode ser feito equipamento no NR 3, não residencial 3, que seriam área exclusivamente quase industrial, uma área muito...

Flávio Ribeiro: Cooperativa de catador?

Cons. Ângelo Iervolino: Isso. E é uma área que o valor por metro quadrado é um absurdo. Inclusive, a gente está tentando, eu, o Abel, a Marta e outros, tentando ver, e vamos solicitar inclusive ajuda do nobre vereador, rever essa questão, porque é uma área muito cara, não existe... E eu acho, colocar uma central de triagem dentro de uma área onde o valor do imóvel é caríssimo, é perda de dinheiro.

Flávio Ribeiro: Sem dúvida. E só complementando, do ponto de vista estadual, a gente tem um programa parecido com a compostagem. Em tese, pela Lei de Zoneamento, usina de compostagem só pode ser instalada em zona estritamente industrial. Agora, para te dar um exemplo, a gente teve um problema com o projeto Palmar, que é do próprio governo



do estado. A gente queria compostar o resíduo lá, e era uma escala grande de compostagem, a gente não conseguia fazer porque tem uma restrição. Agora, a gestão anterior municipal, o pessoal do abastecimento nos procurou por causa dos sacolões, e a gente conseguiu aprovar uma regrinha, que é assim, é um puxadinho disso. Porque a lei fala: usina de compostagem. Então a gente falou: olha, e o que não é usina? Então a gente conseguiu criar um decreto para compostagem em pequenas quantidades. Estou falando até 100 quilos/dia, é bem pequeno. Que permita ao sacolões e a escolas, hortas comunitárias, questões muito locais, que tem o papel inclusive, de educação ambiental importantíssimo, que esse pessoal atuasse na legalidade. Então a gente cria lá uma série de condições, tipo, tem que estar protegido, impermeabilizado, não pode processar resíduos que não sejam compostáveis, etc. Mas, deixando que não precise de licenciamento, porque esse tipo de instalação ele é positivo, e até 100 quilos/dia já estaria autorizado. Agora, ainda resta o problema do grande porte. A gente adoraria poder criar usinas de compostagem, pelo menos num primeiro momento para resíduos de pode e resíduos dessa natureza bastante controlada, de forma mais ampla. Mas a gente precisa achar uma maneira, eventualmente, até mudando a lei, que não caracterize usina de compostagem, mas que seja uma instalação permitida. A RCC já é outra questão, eu não conheço a legislação aqui de São Paulo para poder opinar. Agora, a RCC, existe uma questão, que eu acho que tem que ser só tomada com cuidado, que é de movimentação de caminhões e de ruído. O ruído é alto, brincar em RCC tem um ruído alto, então a gente que tomar um cuidado para não gerar incômodo à população, que isso, sim, traria inconveniente. Mas é uma questão também contornável, tem que ter uma conversa com o entorno, com a comunidade.

Cons. Natalini: Primeiro eu queria cumprimentar a você, e dar um bom dia a todos e todas. Primeiro, a minha palavra em primeiro lugar, eu vou ser muito rápido, parabenizar a coordenação do CADES de colocar em pauta esse assunto. É um assunto que a gente não cansa de discutir e buscar caminhos e soluções. Então, parabéns pela pauta que foi colocada aqui. E em segundo lugar, eu queria cumprimenta o Flávio. O Flávio tem essa cara de menino assim, mas o Flávio eu acho, no ventre da mãe, ele já fazia ambientalismo. Ele tem uma experiência acumulada enorme, uma pessoa extremamente prática, não tem preguiça de trabalhar, inteligente, muito articulado e muito flexível para lidar com as questões. Eu sei por que ele é parceiro da nossa conferência há décadas já, há uma década, e nos ajuda muito na articulação do trabalho, da discussão, e ele tem muito conteúdo técnico. Então é um prazer estar contigo aqui. Eu queria assim em duas palavras dizer o seguinte: eu acho que a questão do lixo, eu vou falar lixo, porque é o que o povo fala, é um grande problema nosso para resolver, eu acho que nossa cidade tem um sistema organizado de coleta, bastante organizado. Imagina a logística para você retirar todo o lixo que é produzido em São Paulo, levar, e colocar num lugar que é muito bem acomodado. Só que isso já não é mais suficiente, nós temos que dar um salto, e estamos buscando dar o salto. Buscando em dar o salto é dar outro destino para aquilo que sobra



do nosso dia a dia de vida. Cada segmento do que a gente usou, para onde vai e como vamos... Dentro de tudo que está nas Normas Técnicas eu não vou ficar repetindo aqui, porque vocês devem estar cabeludos de saber. Então veja só, eu acho que tem três problemas, a gente não pode ser inocente, nós podemos ser poéticos, mas inocentes não. Tem três problemas centrais. Um primeiro problema é ganhar a consciência das pessoas, é cair a ficha que cada um tem que tratar do seu lixo, dos seus resíduos, e isso é uma questão de educação da população, que não é uma coisa simples, mas não é o mais difícil. A população quando acredita na causa, ela faz, opera milagres. Milagres! E não é só o professor universitário não, é o presidente da associação de bairro, é pessoa simples do povo, é a dona de casa, quando acredita na causa, pega na mão e faz melhor do que qualquer um de nós. Então a questão da educação ambiental, como foi dito já pelo Flávio, isso está sendo discutido... Ontem nós discutimos lá na FIESP, no Conselho da FIESP, eu estava lá, você estava lá, o Bruno Covas foi lá, aliás, fez uma bela apresentação. E eu acho que vocês deviam trazer aqui aquela apresentação completa, para que todos nós tomemos conhecimento de um trabalho, de uma instância de governo, que é o nosso governo do estado. Assim como a gente tem que trazer o Ministério uma hora para contar para nós, em nível de país, como está a política nacional. Eu gostaria de ouvi-los. Mas, a conscientização é importante, mas não é o mais problemático. A segunda questão é tecnologia e logística. Foi falado da lâmpada, do led, por que custa caro, por que não é mais barato, onde é que vai enfiar as lâmpadas? O problema da logística dos terrenos também é complexo, mas não é o mais importante. Hoje, não é. Qual é a questão central, onde o bicho pega? É na questão econômica, porque isso vai ter um custo. Tirar da natureza o que a gente produz e jogar de volta, e reaproveitar, tem um custo. O caminho desse custo é que está o nó do problema, o nó principal, ninguém quer ficar com o custo. O consumidor não quer aumento no produto dele. O governo, como ele disse, banca algumas coisas, você falou, eu não sei quantas lâmpadas lá, na subprefeitura. Se tiver três reais por lâmpada, você vai lá, paga, e tira. Mas, o poder público também não tem para isso. E o empresariado, você conversando... eu reuni esses dias, estou terminando já para não tomar muito tempo, com toda a cúpula da indústria farmacêutica, o sindicato das grandes empresas, os distribuidores, as farmácias, rede de farmácias, foram lá na Câmara, imagina eu, pobre coitado, reunido com aquela gente toda, que mexe com bilhões. Sabe por que eles foram me procurar, todos? Porque eu tenho uma pequena leizinha lá, que vai criar dificuldades em jogar remédio fora. Então eles viram aquilo ali, aquilo ali apavorou de tal forma, pediram uma reunião comigo, e eu sentei lá durante uma manhã inteira, e eles foram choramingar e dizer: nós não temos condição de pagar o custo de recolher isso, porque tem isso, tem aquilo. Aí botaram um monte de coisa de tabela, e eu falei: eu não vou mexer na minha lei. Eu posso ajudar vocês a acharem caminhos. Eles são os mesmos que estão em Brasília discutindo com o governo federal a logística reversa do medicamento, e não caminha o assunto porque a pergunta no final da reunião é a seguinte: quem vai pagar? Eu não quero pagar. O governo fala: eu não tenho. O consumidor, que consome o remédio vai pagar? Então, aí está o nó do problema.



Enquanto não resolver isso, gente, nós não vamos resolver. Com todo o respeito, a prefeitura que está aqui representada, o esforço que é feito, o Governo do Estado, a Secretaria do Verde, nós aqui que tratamos com isso, esse é o nó do problema. Então eu acho que nós devemos ajudar, aí vai a minha proposta prática, o CADES devia fazer uma proposta, uma moção ao presidente, aos dirigentes do nosso CADES, da Secretaria do Verde, de Serviços, à prefeitura, para que a gente crie um grupo de trabalho que nós possamos acompanhar com o estado e com o ministério. E trazer para esse grupo a FIESP, entendeu? Quem ouviu os discursos ontem dos empresários na FIESP, precisa trazê-los para conversar, porque eles acham que nós estamos querendo que eles peguem as indústrias deles e mudem para a Venezuela. E se precisar eles fazem isso, gente. A senhora falou: não... O capital é muito complexo, ele pega daqui e leva para lá, onde tiver mais lucro ele vai. Então não adianta bater só neles, a gente vai perdê-los, e nós não queremos que as indústrias saiam daqui porque vai ser um problema econômico grave. Mesmo porque nós precisamos das coisas, para vestir, para comer. Então eu fico assim com essa proposta, que a gente possa... vai ter a conferência agora municipal, foi muito propício o assunto colocado, a nossa própria conferência tem uma mesa aqui para discutir.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Pode aproveitar e falar dela.

Cons. Natalini: Nós temos a conferência dia 4 de outubro, de “Produção mais limpa e mudanças climáticas”, o folhetim está aqui, depois eu vou dar para vocês, a mesa final é com o presidente da AMLURB, o Arnaldo Jardim e o Diretor de Sustentabilidade da Tetra Pak, é uma mesa só sobre resíduos. A gente não quer mais ficar discutindo o que já discutimos, nós queríamos é saber o seguinte: como está a articulação econômica, como nós vamos dividir o custo disso, por quê? Porque a hora que resolver isso, resolve o terreno, resolve a cooperativa, resolve a logística, resolve a AMLURB, resolve a Educação. Por que, o que adianta uma cooperativa encher de reciclados, se ela não tem mercado para vender, gente? Já aconteceu isso em São Paulo. Teve um final de ano que encheu de papel e papelão, deu uma crise no mercado, eles jogaram papel e papelão no aterro. Então isso tem que estar de certa forma, articulado, para a gente poder ter começo, meio e fim. Então eu fiquei muito feliz, secretário, de poder ouvir isso aqui, principalmente pela parte do Flávio, e vocês trazerem. E eu proponho que a gente faça um pacto municipal e estadual, município, Secretaria do Verde, Secretaria de Serviços, que seja o carro-chefe, o CADES possa estar nisso, chamar a indústria, o comércio. Você discutir logística reversa com a FECOMÉRCIO, com a associação comercial, dá vontade de chorar, eles não sabem nem direito o que é isso. Grandes lojas de São Paulo estão fora do processo. Então isso é preciso, tem muita iniciativa boa, muita gente heroica fazendo isso aí, muita gente heroica. Tanto na indústria, como no comércio, como no serviço. Porém, está longe ainda do ideal. Então eu não quero ser romântico ao ponto de vista de ser inocente. O fundo da questão é o preço do processo, de quem vai pagar. Agora, se não tiver massa crítica de debate, de pressão, não vai acontecer nunca. Os prefeitos já estão articulando



para adiar mais uma vez, em 2014, a lei de resíduos sólidos, que é uma lei que é muito boa, mas que não consegue ser aplicada porque ela foi feita sem levar em conta a realidade prática, que é o processo produtivo econômico. Obrigado pela oportunidade.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Com a palavra agora o Samuel.

Flávio Ribeiro: Só uma coisa, primeiro agradecer o vereador pelos elogios. Obrigado.

Cons. Natalini: São sinceros, Flávio.

Flávio Ribeiro: Sua gentileza certamente é maior. Mas de qualquer forma, o que eu acho importante pontuar aqui são duas questões. A primeira, realmente o comércio ainda não percebeu que ele também tem as responsabilidades bem estabelecidas em lei, e o Ministério Público, segundo o estado, segundo me falou em reunião há 15 dias atrás, tem no comércio a próxima etapa da sua cobrança quanto a assunção de responsabilidades. Tem muitos varejistas para ficarem no caso, que já tem voluntariamente colocado pontos de entrega voluntária e tal, mas é preciso se discutir qual é o real papel e como ele seria executado. Porque também, na prática, não dá para achar que vai ter um supermercado do lado do supermercado existente só para receber as embalagens do que se vende no outro. Isso é economicamente, fisicamente inviável, mas alguma participação certamente vai ter que existir, e para esses empreendimentos espaço é algo muito valioso. O metro quadrado dentro de um supermercado é algo muito caro. Então, colocar pontos de entrega lá é uma questão bastante polêmica. Quanto aos custos, ainda, é bom lembrar que a Europa já faz logística reversa há 30 anos, e ainda hoje não tem isso totalmente equacionado. A própria Holanda, com quem a gente tem um protocolo de cooperação para compreender esses sistemas, é um dos países mais avançados no assunto, esse ano está mudando a sua sistemática de cobrança. Porque tem três maneiras de você cobrar por isso. A primeira, que eu não vou nem falar muito, porque aqui, nesse município, nós tivemos já muitos problemas em relação a isso, é a taxa do lixo. A segunda é a questão de você cobrar como um imposto no ato da venda. E a gente tem a experiência da CPFM, e olha no que deu. E o terceiro é aumentar o preço do produto, e cada indústria que faça o seu aporte financeiro ao sistema, que é o que parece que está sendo encaminhado. A Holanda está mudando do sistema deles de taxa para incorporação no preço, porque eles perceberam que nem na Holanda eles conseguem garantir os fluxos financeiros do imposto que é cobrado na venda para as instituições que operam o sistema de logística reversa. É uma dificuldade enorme, a gente está falando de milhões e de fluxos que você não consegue contabilizar. É a mesma dificuldade, eu acho que o pessoal aqui conhece muito bem, de contabilizar custo de quanto o município gasta com o aterro. Como é que você contabiliza? Se a concessionária te disse que aterrou tanto, e o dono do aterro concorda, quem é que vai questionar, e com base em quê? Não dá para você ir lá e medir. Então é uma questão muito difícil, e que abre margem para muitos desvios, inclusive, de recursos. É uma questão muito delicada, é bom que se coloque, que esse assunto precisa realmente vir à tona e ser discutido com sobriedade. É isso que eu tinha a dizer nesse ponto.



Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Obrigado. Conselheiro Samuel, por favor.

Cons. Samuel: Bom dia a todos e a todas. Samuel, da Secretaria de Serviços. Flávio, parabéns aí pela exposição, nos trouxe algumas informações importantes. Eu não sei se eu não captei corretamente, mas, algumas, acho que foram feitas duas audiências públicas, e uma pergunta para você é a seguinte: haverão mais audiências em que a população, e nós do CADES, seremos convidados?

Flávio Ribeiro: Na verdade o que houve foi muito simples, eu nem chamo de audiência pública porque não teve essa conotação. O que houve foram duas reuniões públicas, abertas, no nosso auditório, para esclarecimento de dúvidas sobre o processo de apresentação de proposta de logística reversa. A idéia não era, de forma alguma, fazer uma consulta pública sobre o processo. Mesmo porque esse é um processo que para nós é muito caro, tem regras, e procedimentos muito específicos para se fazer audiência pública. A idéia era que o empreendedor tirasse as suas dúvidas sobre o que tem que apresentar, como é o ritual. E foi, até é uma questão interessante comentar, uma surpresa, não vou dizer desagradável, mas um susto que nós tivemos. Porque é um assunto extremamente técnico, você está falando em configuração de ponto de coleta, de rotina de coleta, de como você vai buscar, que tipo de caminhão você usa, onde fica o ponto, se tem que ter licença. E só tinha, nas duas reuniões, cada uma mais de duzentas pessoas, só advogados de grandes escritórios, não tinha um técnico. A nossa percepção, a nossa interpretação deste fato é que as empresas estavam mais preocupadas em achar uma brecha para não cumprir a regra, do que achar uma maneira de atender a Resolução. Mas, com o tempo eu acho que as reuniões, que o secretário adjunto fez, inclusive, foram dissuadindo dessa trajetória mostrando inclusive o seguinte, a intenção, isso é importante deixar claro, destes projetos é atuar como piloto. A nossa intenção não é resolver o problema de uma vez, isso só vai ser encaminhado, de fato, com um acordo setorial federal. O que a gente quer é gerar experiência prática. E aí o que eu acredito que vá haver de audiência pública neste assunto, é quando de fato foram haver regras que vão valer para todos. E eu que eu espero, tenha como input, como dado de entrada nessas audiências públicas, é essa experiência que agora está acontecendo. A gente tem que entender que não havia nada, e de repente estamos criando algo novo. A gente tem um pouco de cuidado também de não ficar criando uma expectativa muito grande com isso. Por isso, inclusive, que ainda não fizemos campanhas públicas de comunicação, de esclarecimento amplo. Porque também eu não quero fazer uma coisa que de repente todo mundo começa a levar o resíduo lá e isso sobrecarrega o ponto de entrega. Tem que ir testando para ver se funciona. Por exemplo, embalagem de óleo lubrificante, a gente já fez duas modificações na lógica do sistema. Porque no começo era de um jeito, não funcionou. Aí você vai lá, muda um pouco, aí você percebe que tem que ter ponto de coleta, reunião, que eles vão buscar, e reúnem as embalagens num centro de coleta, aquilo tem que ter licença. Então a gente começou a cobrar licenciamento, aí o pessoal



tem dificuldade em licenciar. Tiveram que desenvolver um fornecedor de solução com caminhão, criaram um modelo de caminhão novo que drena o óleo. São coisas que vão acontecendo. Então, antes de dar escala a gente quer ver se funciona. Eu acho que audiência pública vai ser importante na hora de dar a escala. Não obstante, a gente prevê o plano estadual com audiências públicas, e a conferência, que tem as municipais, também são uma forma de participação muito importante na construção da política como um todo, e que a gente espera, a população venha a participar sim. Então no momento é isso, mas cada vez mais a gente espera que a sociedade venha trazendo aportes à política.

Cons. Samuel: Ok, obrigado. Tem uma segunda questão, eu queria aproveitar a oportunidade e responder ao conselheiro Ângelo, a Eliana, pelo menos duas questões básicas. A questão do zoneamento, a questão de implantar a Ecopontos, ou a mesma central de triagem, nós já abrimos uma discussão por conta do PDE, e por conta também de diálogo direto com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano, sobre essa questão, porque nós estamos à frente desse tema, e nós somos os primeiros que temos esse problema, de como é que faz. A gente tem a demanda, e aí nem todos os lugares a gente consegue ou pode. Além de ter o problema da área mesmo. Que normalmente vai acabar acontecendo uma desapropriação para a gente poder instalar esse equipamento. Existe também uma questão conceitual, a população, por gestões, ou às vezes até a má gestão, ausência da gestão, as vezes a população entende que algum ponto, o Ecoponto pode ser um lixão, e na verdade é um ponto de captação para eliminar os resíduos da cidade. Então a primeira questão é nós vencermos essa questão, está aberta essa discussão dentro do governo para a gente superar e poder implantar, levar para próximo da população essa questão de captar os resíduos na cidade. Para que eles sejam realmente entregues nos locais corretos, e não descartados à vontade, em qualquer lugar. A outra questão, a Eliana fala sobre a questão de uma câmara de pós-consumo. Eu queria lembrar que nós vamos ter, chegando na conferência, dia 31, 31 e 1º de setembro, agosto e setembro, nós vamos chegar com 800 delegados lá. Nós estamos fazendo as conferências ágoras preparatórias, que no próximo sábado nós encerramos um ciclo de 32 reuniões, ouvindo a sociedade civil, estamos ouvindo os empresários, as universidades estão junto nisso, e o poder público também está. Eu queria frisar e convidar, que 31 de julho e 1º de agosto nós teremos a conferência temática, vai ser na UNINOVE Vergueiro, de pronto agradecemos o professor Storópoli pelo apoio, tem dado muito apoio, e nós vamos discutir... e nós conselheiros do CADES somos conselheiros natos. Eu queria incentivar, que esse é o momento que todos nós participemos no dia 31 de julho e 1º de agosto, vai ser um período de um dia inteiro, nós vamos discutir as coletas seletivas de úmidos, de secos, vamos falar de logística reversa, nós vamos falar dos resíduos da saúde, da construção civil. Então, assim, é o momento de nós aprofundarmos para dentro dos temas e a nossa participação é importantíssima. E aí nesse momento, como somos conselheiros natos, nós saímos dali compondo um número de 800 delegados. Vamos fazer um momento de capacitação para todos os delegados, para quando chegemos lá, nos dias da conferência, para que haja



um nivelamento de informação, a pauta, olhando o plano nacional que nos orienta, a política estadual e municipal que convergem para isso. Então haverá esse entendimento, para que a gente chegue para esse diálogo para fazer as propostas de fato. Tanto para a conferência estadual, em Brasília, quando chegar na conferência em Brasília, mas para, além disso, a reelaboração do plano municipal, da gestão do resíduos sólidos e a elaboração do plano de coletas seletivas, de fato, ele seja, além dele existir no papel, ele seja totalmente exequível, e que a gente consiga passar essa confiança à população, para que todos estejamos juntos nesse processo. Então é importante a participação de todos nós, é um momento importantíssimo, rico, está aberto à discussão. É o nosso momento, é o momento de nós fazermos a diferença. Obrigado.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Eu queria lembrar os conselheiros o seguinte, eu vou abrir uma exceção, mas eu preciso explicar. Às vezes a gente não traz porque não é assunto para trazer aqui, mas nós recebemos correspondência de conselheiros que dizem que chegam aqui e ficam cansados porque é demorado, porque trata de assuntos que eles não queriam participar, eles têm outros assuntos para serem abordados. E inclusive, eu respondi para esse conselheiro que deveríamos respeitar a todos, que nós estamos aqui para tratar de assuntos sérios, assuntos da população, e que em momento algum a Secretaria, o CADES, manipula e faz assunto que ele não queria ouvir. E, sim, assuntos que são pedidos pelos conselheiros, e são assuntos às vezes do município, para serem tratados. Então nós temos aqui, por decorrência dos trabalhos o seguinte: toda vez que se traz um técnico para falar, que a gente abra as inscrições, todos os conselheiros que queiram falar, se inscrevam, e depois é encerrada, como foi encerrado, mas Fátima me pediu, eu vou abrir ao Abel também, mas que na hora que estejam com a palavra, se não ficou satisfeito com que o técnico está apresentando, como está com o poder da palavra, refaça a pergunta e faça pergunta. Não depois que passar querer interromper o colega que está falando para falar e fazer outra pergunta. Então eu vou passar a palavra para o senhor, e encerra a dona Fátima, a conselheira, com a palavra.

Cons. Antonio Abel: Olha, o meu assunto era pertinente ao que ele estava falando no momento. Mas eu declino.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Com a palavra Cons. Fátima.

Cons. Fátima: Bom dia a todos e a todas, agradeço a atenção e a gentileza. Em primeiro lugar parabenizar pela palestra. E justamente por parabenizar é que eu acredito que deva ser ampliado para outros fóruns, haver essa multiplicação. E queria colocar o seguinte, dentro do que o Natalini falou, para a gente ter a possibilidade de a gente fazer fóruns de discussão. Então temos a Secretaria do Verde, temos a Secretaria de Serviços, a gente não pode parar por aí, porque esse assunto tem muita coisa para ser desenvolvido. E não é só na conferência que tem que parar, e não só nesses momentos. A gente tem que pensar que é um processo em construção, e ele precisa de participação e de todos os



atores. Quando a questão de medicamento, por isso que eu solicitei a palavra, a UGT como central, ela tem os seus filiados, tem federações filiadas, mas também tem os fóruns que a gente participa. A CNTU, que tem uma série de sindicatos e federações, uma delas é a dos farmacêuticos, e estão conversando sobre a questão dos medicamentos, a logística reversa, junto com o Conselho de Farmácia. Então nós temos duas federações de farmácia debatendo isso. Então já veio várias vezes um conselheiro nosso, do Rio, da UGT, e está participando também da CNTU, também é conselheiro lá. E esse assunto está sendo uma matéria de campanha sobre a medicação, porque não, ao invés de termos vários fóruns aí em paralelo, de a gente acabar construindo um que possibilite a conversa de todos, porque aí vai contemplar todos os problemas. E nós temos aí os três atores, que é o primeiro setor, o segundo e o terceiro. Então, como proposta, da gente começar aqui, como São Paulo sempre a gente replica, tudo o que acontece aqui aí fora, e as pessoas olham, da gente começar com um projeto piloto nesse sentido, de ter um processo aí de fóruns de discussão e debates, com questões que são pertinentes da atualidade, junto com o setor acadêmico. Então a comunidade acadêmica venha a contribuir, e estamos conversando assim, uma hora com um, uma hora com outro, e a gente pode ser o primeiro aí com um modelo diferente de atuação. Então é essa a proposta. A segunda, na Rio+20 nós levamos essa questão também da medicação, da logística reversa dentro da comunidade. Teve a segunda resolução da comunidade, do movimento sindical, dentro foi uma Assembléia que aconteceu antes da Rio+20, um dia antes, foram três dias de discussão, onde se tira uma pauta enorme. E foi levado, e ficou no documento da ONU. Então por que não a gente também não conversar com esses atores que já tem documentos relacionado com isso, e dali a gente tratar esse assunto dentro dessa comunidade aqui, que é a nossa São Paulo? Obrigada.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Doutor Flávio quer responder alguma coisa? Não?

Flávio Ribeiro: A questão dos fármacos é bastante importante, a gente tem discutido já, também, principalmente num primeiro momento com as farmácias, para ver as possibilidades de se estruturar o sistema, para daí então procurar a indústria e verificar a questão de quem paga a conta. É um ponto bem interessante porque os medicamentos têm três coisas importantes, na nossa visão. A primeira é que ali não tem ganho nenhum, é diferente de uma latinha de alumínio, ali é só custo. A segunda, você tem uma questão de mercado negro, você tem que garantir que aquilo realmente está sendo destruído, sob pena de alguém pegar aquele medicamento vencido e vender para outra pessoa, de forma ilícita, e até provocando dano à saúde das pessoas, o que é muito sério. E o terceiro, porque tem uma dificuldade, pelo que a gente ouve dizer, técnica, de falta de compatibilidade, na verdade, entre diversos medicamentos. Então tem coisa que você não pode misturar. Então não é só pôr uma urna e todo mundo joga tudo lá dentro, não é bem assim. Até para dividir a conta também tem que ser feito de uma forma diferente. E aí tem



uma série de questões ligadas a como se operacionalizar essa logística reversa de medicamentos. E lembrando que isso é só uma ponta de um iceberg. A gente, quando fala de medicamentos, você está falando de um resíduo perigoso gerado dentro dos nossos domicílios. Mas a gente gera uma série de outros resíduos perigosos. Você compra um verniz para pintar o seu portão, o que sobrou dele é um resíduo perigoso, você não pode sair jogando isso em qualquer lugar. Então tem uma série de outras questões que... A gente hoje tem aqui, na cidade de São Paulo, os Ecopontos, que fazem esse apoio para alguns tipos de resíduos desses, mas é um programa que a gente sabe que ainda está começando, e é um grande desafio. E só concluindo aí essa última resposta, dizer que, falando aí para as secretarias, autarquias e os operadores da gestão ambiental, que eu me solidarizo bastante com todos, porque as dificuldades não são poucas, e só quem tem a oportunidade e o privilégio de sentar numa cadeira de gestor público ambiental entende o que é enfrentar os interesses econômicos postos e avançar na política ambiental, muitas vezes contrária ao que os setores econômicos aí têm interesse em prolongar. E não é vergonha nenhuma, na nossa opinião, assumir as dificuldades, os obstáculos que a gente tem, o que seria triste seria não enfrentá-los e continuar com o status quo. O que vocês precisarem a gente está a disposição, reforço aí a nossa oferta, e é um prazer, de novo, ter vindo aqui expor para vocês esse assunto, para nós, importantíssimo. Obrigado.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Mais uma vez em nome do CADES muito obrigado pela sua presença, pela sua exposição, e dando continuidade a ordem do dia, sugestões para a inclusão de pauta na próxima reunião. Alguém? Pois não. Por gentileza, o microfone.

Cons. Beatriz Fabregues: Uma pergunta referente à Controlar. Meu nome é Beatriz Fabregues, eu sou do Espaço Múltiplo, Sociedade Civil. O que está acontecendo com o Controlar? Por que não se ia fazer a revisão do veículo, e parece que está se fazendo, continua fazendo?

Secretário Adjunto Manuel Victor: Sim, continua sendo feita sim, o calendário, continua sendo prestado o serviço normalmente. Há uma discussão com a prefeitura, com relação a prestação do contrato, mas até a data de hoje, ainda continuam sendo prestados os serviços.

Beatriz Fabregues: Não mudou nada?

Secretário Adjunto Manuel Victor: Não, não mudou nada. Por enquanto não mudou. Há uma nova legislação em vigor, que foi promulgada agora em 2013, quem faz, vamos dizer, o agendamento ainda dos veículos e a inspeção veicular em 2013 já pode se habilitar no momento exatamente posterior a inspeção a receber essa restituição desse valor, no site da própria Secretaria do Verde e Meio Ambiente, e também no site da prefeitura.

Cons. Beatriz Fabregues: Mas isso se refere aquele que não foi aprovado no Controlar?



Secretário Adjunto Manuel Victor: Não, não. Todas as pessoas que, agora para fazer o licenciamento, o calendário de licenciamento do seu veículo em 2013 e que são obrigados a fazer a inspeção veicular, ao fazê-la, lógico que para fazer o agendamento precisa ser feito o pagamento da quantia de R\$ 47,44. Imediatamente após ter sido feita e ter sido aprovado, já pode se habilitar a receber a restituição dessa importância. Isso já está vigendo desde julho agora, já foi feito um volume muito grande de restituições, que é o que está previsto na legislação atual. Ou seja, todos os veículos que fizerem, em 2013, terão a restituição, desde que aprovado na primeira inspeção.

Cons. Beatriz Fabregues: Obrigada.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Por gentileza, a inclusão de pauta, o tema, da próxima reunião. Por favor.

Cons. Ângelo Iervolino: Ângelo, da SAL. Novamente, eu gostaria de reforçar na questão dos parques municipais, frutos de compensações ambientais, que na nossa região a gente está sofrendo muito com isso, principalmente por questão de invasões, equipamentos irregulares já dentro dos parques. E inclusive logo no início desse mandato, nós estivemos com o chefe de gabinete junto com o subprefeito da minha região, para estar falando, e a gente está aguardando alguma resposta à questão. Eu não quero citar nomes de parques, mas um muito preocupante é o da Conquista. E eu queria aproveitar que eu estou com a palavra, eu tenho notado em diversas reuniões, quando nós iniciamos o nosso trabalho aqui, na gestão... eu já estou aqui, essa é a terceira gestão, uma como suplente e duas como... a questão do horário. Não sei se essa gestão é um pessoal muito preocupado, porque quando nós iniciamos, a gente estava sabendo que o horário seria das 9h00 às 12h00, chegamos a ficar até 13h00 porque foi necessário, e parece que é uma preocupação, quando chega 11h00, onze e pouco começa a ter um esvaziamento, e isso eu acho que é meio chato para o conjunto. Obrigado.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: De nada. Eu gostaria que o senhor citasse o nome de parque para poder, como foi pauta para a próxima reunião, para trazer uma resposta. Se eu não tiver um parque eu não posso trazer uma resposta para o senhor.

Cons. Ângelo Iervolino: Seriam os parques da região de São Mateus, (incompreensível) e compensações ambientais, tanto da DERSA, Metrô, e tem outra concessionária que eu não lembro, mas no total são 10 parques. E o mais preocupante, hoje, é o Parque Jardim Conceição.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Pois não. Mais alguma inclusão? Pois não.

Oradora não identificada: Seria interessante se a SEHAB pudesse fazer uma apresentação, para nós, sobre o mapeamento das comunidades que estão aí para serem removidas ou reurbanizadas. Essa semana eu tive uma preocupação, nós estamos tendo uma ocupação no trecho em frente ao Sambódromo, ali do lado da Favela Moinho, de 300 famílias já.



Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Por gentileza senhores conselheiros.

Oradora não Identificada: E aí a cada dia está edificando mais. A gente começa a viver uma situação que daqui no futuro, doída, tanto para a gestão pública quanto para nós moradores, uma vida na cidade de São Paulo. Como é eles estão procedendo? Como é isso, quando surge uma nova ocupação? Trazer para a gente conhecer o trabalho da SEHAB.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Faremos essa solicitação. Muito obrigado. É inclusão de pauta? Pode.

Oradora não Identificada: Se é pertinente ou não fazer essa avaliação. Na região sul, que foi trazido, em relação ao parque linear, o túnel, foi paralisada obras. Então está havendo tudo para ser feito outro tipo de tratamento. Então eu queria saber como vai andar esse processo? Se esse processo do parque, da forma como foi interrompido, quando vai ter continuidade? Por exemplo...

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Qual a localidade, por gentileza?

Oradora não Identificada: Região sul.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Mas qual?

Oradora não Identificada: Água Espriada, que iria desembocar na Imigrantes. Exato. Então tem uma série de pessoas que estão me perguntando, comunidade da região sul. Obrigada.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Obrigado. Com a palavra agora o Secretário Adjunto.

Secretário Adjunto Manuel Victor: Bom, o engenheiro Flávio eu acho que já precisou se retirar, mas foi, a exposição dele, como os conselheiros já falaram, foi muito importante, muito interessante, e é um assunto em construção, a questão da política de resíduos sólidos, seja estadual, a discussão com a importância do município de São Paulo na questão. Lógico que é trazer o tema para uma discussão, vamos dizer, para um aprimoramento do conhecimento nosso, dos conselheiros. Lógico que como já foi dito aqui, que o CADES tem um papel fundamental nessa discussão, é importante que tenha o conhecimento. Estou agradecendo aqui o Flávio, pela exposição, muito obrigado Flávio. E a questão de logística reversa também é um nome em construção, vamos dizer, dentro da sociedade, grande parte da sociedade sequer conhece o significado disso. E como todos os assuntos novos, eles têm que ser continuamente aprimorados, discutidos, tem avanços e recuos, e só com a participação da sociedade como um todo, e o esclarecimento perante a sociedade, e a importância disso na vida das pessoas é que se constrói um conceito, uma massa crítica de discussão do assunto, da importância disso para a vida de todas as pessoas. Eu acho que as propostas que foram colocadas aqui, inclusive, pelo vereador Gilberto Natalini nós vamos levar em consideração para as futuras discussões. E agradecer também a presença mais uma vez de todos os conselheiros, nesse mês de julho aqui tivemos uma participação bastante grande dos conselheiros. Agradecer mais uma vez. E aguardar que nós possamos trazer aqui, para a próxima reunião, para a nossa



próxima reunião ordinária, sugestões de pauta, e os esclarecimentos necessários. E agradecer a presença de todos mais uma vez. Obrigado, um bom dia, e uma boa semana.

Conselheiros presentes:

André Dias Menezes de Almeida
Ângela Maria Branco
Ângelo Iervolino
Antonio Abel Rocha da Silva
Beatriz Elvira Fabregues
Eduardo Ignácio de Faria
Eduardo Storopoli
Evando Reis
Fátima Cristina Faria Palmieri

Gilberto Tanos Natalini
Lourdes Elizabeth Ress
Lucas Phelippe dos Santos
Maria José de Andrade Filha
Maria Lucia Tanabe
Marta Amélia de Oliveira Campos
Milton Roberto Persoli
Samuel de Oliveira
Sergio Krichanã

Conselheiros com justificativa de ausência:

Olga Maria Soares e Gross / Murilo Reple Penteado Rocha / Roberto Paulo Valeriani
Ignátios / Marcio Esteves da Silva / Quintino José Viana / Ros Mari Zenha.

Conselheiros suplentes presentes:

Eliana Sapucaia Rizzini / José Carlos Andersen / Vanderlei Bento Barbosa.

Coordenador Geral:

Luis Eduardo Peres Damasceno

Secretária Executiva:

Ocleres Harkot